



O PESO DO CRESCIMENTO

INDÚSTRIA DE AR-CONDICIONADO CRESCE E ATRAI INVESTIMENTOS, ENQUANTO O AVANÇO DO POLO INDUSTRIAL EXPÕE GARGALOS EM FORNECEDORES, TERRENOS E PLANEJAMENTO

INDÚSTRIA SEM CHÃO

Com distritos saturados, Manaus corre para abrir novas áreas e evitar perda de investimentos

INTERIOR SOB PRESSÃO

Municípios entram na nova lógica tributária com fundos indefinidos e baixa regularização de terras

ELÉTRICAS BUSCAM ESCALA

Produção avança em Manaus com fabricantes menores, enquanto grandes montadoras mantêm foco na combustão



MANTER A CIDADE
LIMPA

É UM DEVER DE
TODOS NÓS

**Juntos cuidamos
de Manaus**

A Prefeitura de Manaus reforçou a coleta e os caminhões passam a atuar em todas as zonas da cidade para fortalecer a segurança das equipes. Atualmente, Manaus já conta com mais de 140 rotas distribuídas por toda a cidade.

*DADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DECEMBER 2019



idamos
s.

coleta domiciliar com a entrega de 09 novos caminhões de lixo, que
a capital. A ampliação da frota vai otimizar o atendimento das rotas,
es e garantir mais eficiência aos serviços de limpeza urbana.
mais de 98%* de cobertura na coleta domiciliar, realizada diariamente
a cidade. Manter a cidade limpa é um dever de todos nós.

DOMÍCIOS (PNAD).



Prefeitura de

Manaus
Gente que trabalha

SUMÁRIO

ANO XVI | EDIÇÃO 194 | MAIO DE 2026



AR-CONDICIONADO VIRA POTÊNCIA

Produto já é o terceiro maior gerador de receitas do PIM, mas cadeia ainda enfrenta gargalos em componentes estratégicos.

20



INTERIOR SOB ALERTA

Reforma tributária pressiona municípios com Zoneamento Ecológico-Econômico incompleto, baixa regularização fundiária e fundos ainda indefinidos

30



O ELÉTRICO AINDA É NICHOS

Produção de modelos eletrificados avança em Manaus, mas segue distante da escala das motos a combustão

42



MANAUS CORRE POR NOVAS ÁREAS

Com distritos saturados e projetos à espera, cidade tenta abrir espaço para fábricas antes que investimentos migrem

48



FIPA MIRA MERCADO VERDE

Feira em Belém mostrou esforço da indústria para transformar bioeconomia, crédito e inovação em negócios

56

SEÇÕES

EDITORIAL.....	8
CONEXÃO.....	10
OPINIÃO.....	38
O ESPECIALISTA RESPONDE.....	60
DICA DE LEITURA.....	62

Transformando o saneamento

em um legado de dignidade para milhões de manauaras.



Há 8 anos, Manaus vive a maior transformação em saneamento básico da sua história.

Desde 2018, a Águas de Manaus assumiu o compromisso de universalizar o acesso ao saneamento básico na capital amazonense. Os números comprovam que a mudança é incontestável. Com mais de R\$ 2,3 bilhões investidos, somos, hoje, a 4ª capital do Brasil que mais investe no setor, garantindo que mais qualidade de vida chegue em todas as zonas.

Esse legado de infraestrutura é traduzido em benefícios como a preservação do meio ambiente, mais saúde e valorização imobiliária para o hoje e para o amanhã.

Cobertura de esgoto

+ 107,25%

Em 2018 | 19,3% da cidade

Em 2026 | 40% da cidade

Tarifa Social

+ 550%

Em 2018 | 20.000 famílias

Em 2026 | 130.000 famílias

+ R\$ 2,3 bilhões

investidos até 2026

4º capital do Brasil

que mais investe em saneamento



Mais que uma
embalagem,
um compromisso.

Oferecemos
soluções de
embalagem que
unem qualidade,
praticidade e
responsabilidade
ambiental.



Nossas opções atendem
delivery, varejo e atacado
com resistência, design e
preocupação com o futuro.

AMAZON
EMBALAGENS



Entre em contato e leve sua
marca para outro nível!

☎ 92 99377 7972 ☎ 92 3672 2000

📷 @amazonembalagens

🌐 www.amazonembalagens.com.br

Imagem meramente ilustrativa.
Personalizações sob consulta com
nossa equipe de atendimento.



PRODUZIDO NO
POLO INDUSTRIAL
DE MANAUS
CONHEÇA A AMAZONIA





Ano XVI | Edição 194 | Maio de 2026
Manaus / Amazonas / Brasil

WWW.PIMAMAZONIA.BALPONTE.COM.BR
POLÍTICA, INDÚSTRIA & MEIO AMBIENTE

DIRETOR EXECUTIVO
Juarez Baldoíno C. Filho

EDITOR EXECUTIVO
Jhemisson Marinho - MTB 1173 / AM

DESIGN EDITORIAL
Suellen Fonseca

REPORTAGEM
Francisco Gomes
Jhemisson Marinho
Kamily Pequeno
Priscila Mesquita

ASSISTENTE DE REDAÇÃO
Paula Moreira

FOTOGRAFIA
Banco de Imagens, Divulgação

FALE COM A REDAÇÃO:
REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR
CONTATO: (92) 98182-0518

PUBLICIDADE E PROJETOS ESPECIAIS
COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR
MANAUS/AM
CONTATO: (92) 98182-0032

ASSINATURAS E EDIÇÕES ANTERIORES
CONTATO: (92) 98182-0518
ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR

As opiniões contidas nos artigos assinados não correspondem necessariamente ao posicionamento da PIMAMAZÔNIA.



A Revista PIM Amazônia (ISSN 2359-3369) é uma publicação mensal da Editora Balponte - CNPJ: 03.855.866/0001-72



A Balponte é membro da Associação Nacional de Editores de Revista

Há uma ironia no crescimento. Quanto mais o Polo Industrial de Manaus avança, mais claros ficam os obstáculos da próxima etapa. Esta edição reúne quatro histórias que ajudam a explicar esse momento: o ar-condicionado que virou potência industrial, as motos elétricas que ainda buscam escala, a falta de terrenos para novas fábricas e o interior do Amazonas diante da reforma tributária.

O segmento de climatização viu o faturamento quase dobrar em cinco anos, a produção superar 6 milhões de unidades e Manaus saltar para a segunda posição entre os maiores polos do mundo, atrás apenas da China. É uma conquista e tanto. O ar-condicionado cresceu porque há demanda, o mercado brasileiro ainda tem espaço, o clima pressiona o consumo e a indústria soube se modernizar.

Agora, o setor enfrenta uma etapa mais complexa. A dependência de poucos fornecedores de compressores e motores e as regras do Processo Produtivo Básico mostram que produzir mais já não é suficiente. O desafio é adensar a cadeia, ampliar a concorrência entre fornecedores e sustentar competitividade sem travar investimentos.

No polo das motos, a eletrificação ainda está longe da escala das grandes fabricantes, mas já está claro que o crescimento da produção precisará vir com soluções de recarga, custo acessível, assistência técnica, confiança do consumidor e modelos de negócio capazes de sustentar a nova tecnologia.

Há também o problema do chão. Literalmente. O Polo Industrial fechou 2025 com R\$ 227 bilhões em faturamento e projeta R\$ 240 bilhões em 2026. Mais de 200 projetos estão aptos a receber incentivos. Mas não há terrenos suficientes, bem localizados, com infraestrutura adequada e preço razoável para todos.

Os distritos industriais consolidados estão saturados, o Distrito 3 carece de estrutura e o Plano Diretor de Manaus ainda não acompanhou o ritmo do polo. A cidade precisa resolver com urgência essa equação para não perder investimentos para outros estados ou países vizinhos.

Esta edição também olha para o interior do Amazonas diante da reforma tributária, tema cujos efeitos serão sentidos por décadas. A Zona Franca saiu fortalecida, com segurança jurídica preservada. Os municípios do interior entram na transição com fundos prometidos, zoneamento incompleto e regularização fundiária travada.

As quatro histórias apontam para a mesma direção. Manaus tem capacidade industrial comprovada e investidores interessados, mas vai precisar resolver gargalos que já estão dentro do próprio modelo, como fornecedores, território, infraestrutura e planejamento urbano.

Uma agenda mais ampla é necessária para a Amazônia, capaz de transformar crescimento em estrutura duradoura, inclusive para o interior. Parte dessa discussão aconteceu na Feira da Indústria do Pará. Resta saber quais serão os reais desdobramentos daqui pra frente.

Boa leitura.



Acesse aqui a edição online

OPINIÃO DO LEITOR

Um leitor informado também pode ser um leitor atuante. Participe, então, de nosso esforço para fazer uma Revista PIM Amazônia cada vez melhor. Envie sugestões para as próximas edições. O que você gostaria de ler aqui nos próximos meses? Críticas, denúncias, opiniões ou dúvidas: tudo isso é bem vindo e não ficará sem resposta.

Estamos aguardando seus comentários.



Participe!



WWW.PIMAMAZONIA.BALPONTE.COM.BR

     @pimamazonia  redacao@pimamazonia.com.br

ACRE • AMAZONAS • AMAPÁ • MARANHÃO • MATO GROSSO • PARÁ • RONDÔNIA • RORAIMA • TOCANTINS



Concessão da hidrovía do Madeira deve ir a leilão em 2027

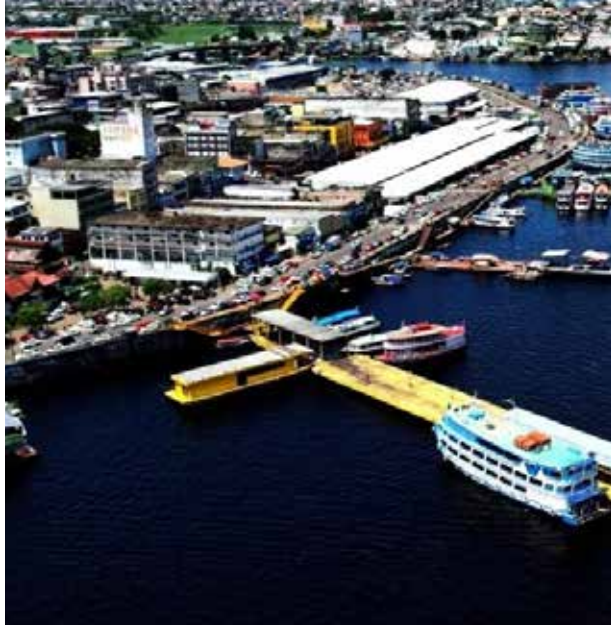
O Ministério de Portos e Aeroportos apresentou o balanço dos dois primeiros anos da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, com destaque para projetos de infraestrutura voltados à expansão do transporte hidroviário no país. Entre eles está a concessão da hidrovía do Rio Madeira, prevista para o primeiro semestre de 2027.

Considerada uma das rotas logísticas mais estratégicas da Região Norte, a hidrovía liga Porto Velho (RO) a Itacoatiara (AM) e integra o corredor do Arco Norte, usado no escoamento de grãos e outras cargas destinadas aos portos amazônicos.

A proposta do governo prevê investimentos em dragagem, sinalização náutica, manutenção da navegabilidade e modernização da infraestrutura ao longo do trajeto. Segundo o ministério, a política nacional para o setor busca ampliar a participação das hidrovias na matriz logística brasileira, reduzir custos de transporte e aumentar a competitividade das cadeias produtivas.

Na Amazônia, o governo avalia que corredores como o Madeira devem ganhar protagonismo nos próximos anos devido ao crescimento da movimentação de cargas pelo Arco Norte. A expectativa é que os investimentos aumentem a eficiência logística e reduzam gargalos históricos na região.

O balanço também aponta avanços em estudos técnicos, projetos de concessão e ações de desburocratização para estimular investimentos privados no setor hidroviário.



DIVULGAÇÃO

Novo Porto da Manaus Moderna avança com projeto técnico

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes realizou audiência pública com representantes da Secretaria Municipal de Mercados e Feiras, feirantes, comerciantes e trabalhadores da Manaus Moderna para apresentar o avanço do projeto do novo Porto da Manaus Moderna.

A estrutura deve modernizar a logística fluvial e incluir a ampliação da Avenida Lourenço da Silva Braga. O diálogo acontece desde 2024. Com a emissão da ordem de serviço autorizando o início dos projetos básico e executivo, o DNIT iniciou uma nova fase de apresentação técnica e escuta das pessoas diretamente impactadas pela obra.

Durante a audiência, o órgão detalhou as estruturas previstas para o novo porto, incluindo novos cais flutuantes, pontes metálicas móveis, terminal de passageiros, áreas de fiscalização, espaços para cargas e encomendas, estacionamentos e novos acessos viários.

Também está prevista a ampliação da Avenida Lourenço da Silva Braga, em frente à Feira da Manaus Moderna, com implantação de uma terceira faixa para melhorar o fluxo do trânsito na região.

Segundo os estudos apresentados, o novo Porto IP4 terá capacidade estimada para movimentar cerca de 3,5 milhões de passageiros por ano, além de fortalecer a logística de abastecimento de Manaus e do interior.

Representantes das feiras apresentaram dúvidas sobre a logística durante as obras, funcionamento da carga e descarga e continuidade das atividades comerciais.



DIVULGAÇÃO

PIM fatura R\$ 58,2 bilhões no primeiro trimestre

O Polo Industrial de Manaus encerrou o primeiro trimestre de 2026 com faturamento de R\$ 58,26 bilhões, crescimento de 2,24% em relação ao mesmo período do ano passado, quando registrou R\$ 56,98 bilhões. Em dólar, o faturamento entre janeiro e março totalizou US\$ 11,02 bilhões.

Um dos destaques foi o desempenho no mercado internacional. No acumulado do trimestre, as exportações somaram US\$ 214,87 milhões, alta de 48,35% sobre o mesmo período de 2025, quando chegaram a US\$ 144,84 milhões. Apenas em março, as vendas externas superaram US\$ 87,5 milhões.

O PIM também apresentou crescimento nos indicadores de mão de obra. Em março, as empresas do parque incentivado registraram 129.636 trabalhadores, entre efetivos, temporários e terceirizados. A média mensal do trimestre ficou em 129.812 empregos diretos.

Até março, o segmento de Duas Rodas liderou a participação no faturamento, com 21,22% do total, seguido por Bens de Informática, com 18,95%, Eletroeletrônico, com 15,85%, e Químico, com 11,72%.

Entre os principais produtos fabricados, motocicletas, motonetas e ciclomotos atingiram 606.447 unidades, alta de 14,46%. A produção de telefones celulares chegou a 2.790.892 unidades, crescimento de 4,02%.



Fábrica da BIC em Manaus produz 1,1 bilhão de itens por ano

A fábrica da BIC em Manaus ultrapassou a marca de 1,1 bilhão de produtos por ano e concentra uma operação estratégica inédita para a multinacional francesa: é a única unidade do mundo responsável pela produção de todas as categorias da marca.

No Polo Industrial de Manaus desde 1973, a unidade fabrica anualmente cerca de 430 milhões de canetas, mais de 400 milhões de barbeadores e 270 milhões de isqueiros, além de outros artigos de papelaria.

Localizada no Distrito Industrial, a fábrica ocupa área de 131,5 mil m², com 49,2 mil m² de área construída, e emprega mais de 1,5 mil profissionais. Entre os produtos históricos fabricados em Manaus está a pedra para isqueiros, um dos itens mais antigos ainda em operação dentro do modelo Zona Franca.

Durante visita técnica da Suframa, executivos apresentaram ações de ESG e detalharam o projeto BIC Up, iniciativa que busca captar ideias dos colaboradores para implementar melhorias no ambiente corporativo e nos processos produtivos.

A planta opera com 100% de energia renovável, reaproveita água da chuva, realiza tratamento completo de efluentes e garante a reciclagem de resíduos industriais. Na economia circular, o programa Eu Reciclo compensa o volume de plástico utilizado nas embalagens.

divulgação

Motos da Voge produzidas em Manaus têm lançamento nacional

A fabricante chinesa de motocicletas Voge iniciou a montagem de motos no Polo Industrial de Manaus no início de maio. A operação marcou a entrada da marca no mercado brasileiro por meio da estrutura fabril da Dafra. O lançamento nacional aconteceu no fim do mês, em São Paulo.

A cerimônia de *Start of Production* marcou o início da produção de quatro modelos da fabricante chinesa no Amazonas: DS900X, DS525X, SR4 Max e SR3. A operação ocorre no sistema CKD, sigla para *Completely Knocked Down*, no qual partes e peças dos veículos chegam desmontadas para montagem final em Manaus.

A produção local faz parte da estratégia da Voge para ampliar sua presença no mercado brasileiro de motos premium. A marca pertence ao grupo chinês Loncin Motor e projeta lançar cerca de seis modelos no país até 2027, reforçando a disputa no segmento de média e alta cilindrada.

O lançamento oficial da operação nacional ocorreu no Clube Hípico de Santo Amaro, em São Paulo, reunindo concessionários, executivos e representantes do setor de duas rodas. A expectativa da empresa é acelerar a expansão da rede e consolidar a produção local como base para crescimento no Brasil.



divulgação

Philco amplia operação em Manaus com ventiladores e caixas de som

A Philco ampliou sua operação industrial na Zona Franca de Manaus com a entrada em novas categorias de produção. Tradicionalmente voltada a TVs, aparelhos de ar-condicionado e fornos micro-ondas, a empresa passou a fabricar ventiladores e caixas de som amplificadas com produção 100% nacional.

O movimento ocorre em meio a um plano de expansão física da companhia na capital amazonense. Hoje, a Philco opera em área de 67 mil m², distribuída entre as unidades Philco 1 e 2, mas já conduz ampliação de mais 100 mil m², em investimento voltado à diversificação do portfólio, ganho logístico e fortalecimento da capacidade de abastecimento regional e nacional.

“A expansão da nossa produção em Manaus para incluir ventiladores é um movimento estratégico para estarmos mais próximos do consumidor, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste, otimizando a logística e o atendimento. Percebemos uma demanda crescente por produtos que unam eficiência e tecnologia”, disse a diretora executiva da Philco, Cristiane Clausen, à PIM Amazônia.

Com produção iniciada no fim de 2025, a Philco se tornou a primeira empresa a produzir ventiladores em Manaus, segundo a Sufrema.

O tema deve ganhar espaço no campo regulatório, especialmente nas discussões sobre o enquadramento da atividade no Processo Produtivo Básico.



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

Haier inicia produção de ar-condicionado em Manaus

A fabricante chinesa Haier iniciou sua operação no Polo Industrial de Manaus com a produção de aparelhos de ar-condicionado em parceria com a Jabil, no bairro Flores, zona centro-sul da capital amazonense.

A nova linha marca o início da produção da empresa no Brasil, onde também deve investir R\$ 60 milhões em campanhas de marketing. A estimativa é faturar R\$ 500 milhões no mercado brasileiro, com operação voltada ao setor premium.

Além da Jabil, a empresa tem parceria com a TPV para ampliar a produção em Manaus e planeja instalar uma fábrica própria de ar-condicionado a partir de 2028. O investimento previsto é de US\$ 30 milhões a US\$ 40 milhões, com potencial de geração de 400 empregos diretos.

O projeto faz parte do avanço da multinacional chinesa no mercado brasileiro. Fundado em 1984, o grupo é considerado o maior fabricante global de eletrodomésticos em volume de vendas, segundo dados da Euromonitor citados pelo Valor Econômico.

A chegada ao PIM ocorre em um momento de expansão do setor de climatização no Brasil. O país passou da quinta para a segunda posição entre os maiores fabricantes mundiais de ar-condicionado, atrás apenas da China.

Segundo a Sedecti, o avanço das operações da empresa está alinhado à expectativa de novos investimentos no Polo Industrial de Manaus.

Brazil Potash assina acordo para energia no Projeto Potássio Autazes

A Brazil Potash assinou um memorando de entendimento com a Gera Center para implantação de um sistema de geração de energia destinado ao Projeto Potássio Autazes, no Amazonas. O acordo prevê o fornecimento de energia principal para a construção dos dois shafts da mina e, posteriormente, a atuação do sistema como backup emergencial durante os primeiros 23 anos de operação.

A estrutura contará com uma planta modular a diesel com capacidade de até 20 megawatts (MW), que será implantada de forma escalonada para atender à demanda da fase de construção da mina. A previsão é que o fornecimento inicial de energia ocorra em até 120 dias após a assinatura dos contratos definitivos.

A Gera Center foi selecionada após processo competitivo com participação de 12 empresas com experiência em operações na Amazônia. Segundo a Brazil Potash, o acordo reforça o avanço do Projeto Potássio Autazes, considerado estratégico para o desenvolvimento econômico do Amazonas, geração de empregos e fortalecimento da produção nacional de fertilizantes.

Além de garantir segurança energética para a implantação da mina, o modelo adotado permitirá reduzir investimentos iniciais da companhia e otimizar custos ao longo da operação. A expectativa é que o projeto amplie oportunidades de emprego e renda em Autazes.



Amazonas reage a ação da Fiesp contra a Zona Franca

O Governo do Amazonas anunciou reação contra a Ação Civil Pública ajuizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na Justiça Federal do Distrito Federal, que questiona mecanismos de proteção à Zona Franca de Manaus.

O processo pede a suspensão dos efeitos do artigo 450 da Lei Complementar 214/2025, que regulamentou os mecanismos de preservação da competitividade da ZFM dentro da Reforma Tributária.

Na prática, a entidade paulista questiona os créditos presumidos de IBS e CBS previstos para garantir a manutenção das condições históricas de competitividade da Zona Franca.

O Governo do Amazonas informou que a ação representa risco direto à economia local, aos mais de 500 mil empregos gerados pelo polo industrial e à estratégia de preservação ambiental associada ao modelo de Manaus.

O governo também informou que os mecanismos aprovados pelo Congresso Nacional não criam novos privilégios, mas asseguram equilíbrio, segurança jurídica e continuidade ao modelo constitucional que promove desenvolvimento regional, integração nacional e preservação ambiental.

A reação ocorre em um momento de atenção do setor produtivo amazonense aos desdobramentos da Reforma Tributária e às disputas jurídicas envolvendo os instrumentos de proteção da ZFM.



Projeto de casa feita com caroço de açaí garante prêmio nacional

O projeto Sua Casa COP30 Sustentável, da Companhia de Habitação do Pará (Cohab), conquistou o troféu Mérito 2026, concedido pela Associação Brasileira de Cohabs (ABC). A premiação ocorreu durante o 73º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social.

Foram premiados 18 projetos em todo o Brasil, entre cerca de 200 iniciativas inscritas.

O projeto viabiliza 45 moradias sustentáveis, parte delas no modelo tradicional de palafitas, típicas da região ribeirinha, e outras com alvenaria ecológica, somando soluções como captação de água da chuva, energia solar, horta vertical e tratamento de resíduos por biodigestores.

As casas construídas com o tijolo ecológico de caroço de açaí representam uma alternativa sustentável que reduz impactos ambientais. A tecnologia, criada pelo doutor em Engenharia Civil Marco Oliveira, reaproveita resíduos do açaí, como caroço, fibra e cinzas, sem necessidade de queima, economizando recursos e promovendo conforto térmico e eficiência energética.

A tecnologia também garante economia de até 90% no uso da água, 80% de cimento e 50% de ferro, além de eliminar o uso de madeira, reduzindo a geração de resíduos sólidos na obra.

O projeto técnico de engenharia do Sua Casa COP30 Sustentável foi desenvolvido pelo engenheiro Sérgio Soares e o desenvolvimento institucional é do economista Cassiano Ribeiro.

Cadeia da mandioca movimentada R\$ 6,5 bilhões no Pará

A bioeconomia movimentou R\$ 13,5 bilhões por ano em Valor Bruto da Produção (VBP) no Pará, tendo a cadeia da mandioca como principal protagonista, com R\$ 6,5 bilhões. Os dados são de relatório técnico preliminar coordenado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), em parceria com universidades federais.

O estudo também aponta a relevância da pesca e aquicultura, com R\$ 2,7 bilhões, do cacau, com R\$ 1,7 bilhão, e do açaí, com R\$ 1,5 bilhão. Embora o VBP total da agropecuária e da mineração seja maior, os pesquisadores destacam a importância social da bioeconomia, que ocupou 271,4 mil pessoas e gerou R\$ 1,4 bilhão em massa salarial.

A pesquisa revelou ainda que a produção de cumaru no Pará está subnotificada. Enquanto os dados oficiais do IBGE registraram 148 toneladas, com R\$ 13,3 milhões, o levantamento identificou 267 toneladas efetivas, movimentando R\$ 24,4 milhões.

A elevada informalidade aparece como um dos principais entraves. Na cadeia da mandioca, mais de 99% da atividade ocorre fora dos registros fiscais devido à produção concentrada em estruturas comunitárias e informais.

O estudo também aponta ameaças ligadas à emergência climática, com perdas na produção de castanha, mandioca e açaí em municípios como Marabá, Rondon do Pará, Santarém e Oriximiná.





FELIPE LIMA

Ji-Paraná terá novo terminal de passageiros

O Ministério de Portos e Aeroportos assinou a ordem de serviço para início das obras do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Ji-Paraná, em Rondônia. O contrato prevê investimento total de R\$ 34,9 milhões, fruto de parceria entre a União e o governo estadual.

Localizado no centro geográfico de Rondônia, Ji-Paraná é o segundo município mais populoso do estado e tem papel estratégico para a integração regional. A cidade concentra um distrito industrial em expansão e se destaca na produção agropecuária, especialmente na pecuária bovina e na produção de leite.

Do total de recursos, R\$ 25 milhões serão aportados pela União. A contrapartida do governo estadual será de R\$ 9,9 milhões. As obras fazem parte do Novo PAC e têm como objetivo ampliar a infraestrutura aeroportuária e facilitar o acesso à região.

O projeto prevê a construção de um novo terminal, com 2.584 m² de área construída. O espaço contará com seis balcões de check-in, cinco balcões de vendas e reservas, três posições de embarque e sala de embarque.

A estrutura terá capacidade para atender até 240 passageiros nos horários de maior movimento, oferecendo mais conforto, segurança e eficiência operacional. O contrato também prevê melhorias no sistema viário de acesso ao aeroporto, com terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização viária. O prazo de conclusão é de 18 meses.

Amapá fecha contrato de cinco anos para fornecer açaí à China

A cooperativa dos produtores extrativistas de açaí do Amapá, Amazonbai, fechou parceria com a segunda maior rede de distribuição de alimentos da China para fornecimento de toda a safra de açaí pelos próximos cinco anos. O contrato prevê 15 mil toneladas do produto e foi negociado durante a Sial China, maior feira de alimentos da Ásia.

A Amazonbai faz parte da Rota do Açaí, vinculada à estratégia Rotas de Integração Nacional, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A iniciativa busca fortalecer sistemas produtivos locais e promover desenvolvimento regional sustentável.

A participação da Amazonbai e de outras sete cooperativas inseridas nas Rotas da Integração Nacional na Sial China contou com investimento de R\$ 207 mil do ministério. A presença no evento permitiu a apresentação de produtos sustentáveis brasileiros ao mercado asiático.

A Sial China é uma das maiores feiras de alimentos do mundo. A edição de 2026 foi realizada em maio, em Xangai. Neste ano, o Brasil enviou 82 empresas exportadoras para o evento, número recorde e superior ao da edição anterior, quando participaram 54 empresas.

O acordo reforça o interesse internacional por produtos amazônicos e amplia a presença do açaí do Amapá em mercados estratégicos fora do Brasil.



DIVULGAÇÃO

Roraima projeta alta de 9,4% na área cultivada de soja



O Governo de Roraima projeta crescimento de 9,42% na área plantada de soja em 2026. A estimativa faz parte das ações do programa Rota dos Grãos, iniciativa voltada ao fortalecimento da cadeia produtiva e ao planejamento sustentável do setor agrícola.

De acordo com levantamento da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação, a previsão é que o estado alcance 144.893 hectares cultivados com soja em 2026, frente aos 132.421 hectares registrados em 2025. Os dados reforçam o avanço de Roraima no cenário agrícola nacional.

O programa realiza visitas técnicas em propriedades rurais de diferentes municípios para levantar informações sobre culturas como soja, milho, arroz e algodão. Entre os dados analisados estão área plantada, produtividade, potencial de expansão e condições técnicas das lavouras.

Segundo o coordenador da iniciativa, Frankarlos Lopes, o programa prevê atendimento em mais de 250 propriedades rurais. “Durante as visitas, são coletadas informações estratégicas que permitem atualizar o mapa agrícola de Roraima, identificar polos produtivos e gerar dados técnicos que auxiliem no planejamento de políticas públicas e investimentos para o setor”, explicou.

A iniciativa integra o Plano Roraima 2030 e conta com apoio da Conab em ações de coleta de dados e cooperação técnica.



Solar Coca-Cola lança plano de R\$ 500 milhões em Mato Grosso

A Solar Coca-Cola, fabricante do Sistema Coca-Cola que atua em 70% do território nacional, inaugurou uma nova linha PET em sua fábrica de Várzea Grande (MT). A expansão recebeu investimento de R\$ 200 milhões em tecnologia e marca o lançamento do Plano Diretor de Investimentos para Mato Grosso, que prevê R\$ 500 milhões no estado até 2029.

O plano inclui modernização sistêmica, expansão da frota e infraestrutura para suportar o crescimento do consumo na região. Pelo programa Recicla Solar, a companhia pretende atingir neutralidade de PET em Mato Grosso até o fim de 2026.

Para viabilizar a meta, a Solar investirá cerca de R\$ 1 milhão ainda este ano em infraestrutura de coleta e logística reversa, com aquisição de prensas, esteiras, furadores de PET, empilhadeiras e balanças.

O projeto mais que dobra o volume de produção de bebidas em embalagens PET e amplia em 70% a capacidade fabril da unidade. A operação de Várzea Grande também passa a produzir novas categorias, como Powerade e sucos, para atender mais de 21 mil pontos de venda no estado.

A expansão elevou o quadro em 80 novas vagas diretas técnicas, nas áreas de operação, manutenção e qualidade, além de gerar mais de 300 empregos indiretos durante as fases de obra civil e instalações.



DIVULGAÇÃO

Maranhão inaugura centro de monitoramento agroclimático

No Maranhão, os governos federal e estadual inauguraram o Centro Estadual de Monitoramento Agrometeorológico, iniciativa criada para acompanhar, em tempo real, as condições climáticas que afetam a produção agropecuária maranhense.

A estrutura busca responder aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, como secas, chuvas intensas e ondas de calor, que impactam diretamente a produção agrícola e pecuária. O objetivo é oferecer mais segurança e previsibilidade aos produtores rurais, contribuindo para o planejamento das atividades no campo e para a segurança alimentar.

O centro passa a disseminar dados meteorológicos e agrometeorológicos em tempo real. A proposta é fornecer informações estratégicas para auxiliar produtores rurais na tomada de decisão e apoiar o poder público na formulação de políticas voltadas ao setor.

Entre os principais serviços estão previsões climáticas, alertas de eventos extremos, boletins agrometeorológicos, mapas de risco climático, calendários agrícolas regionalizados e relatórios técnicos.

A estrutura também contará com plataforma digital de monitoramento e ações de capacitação voltadas a técnicos, produtores e instituições. O governo avalia que a iniciativa representa avanço para o fortalecimento da agropecuária no estado.

CONTEÚDO EXTRA

SITE

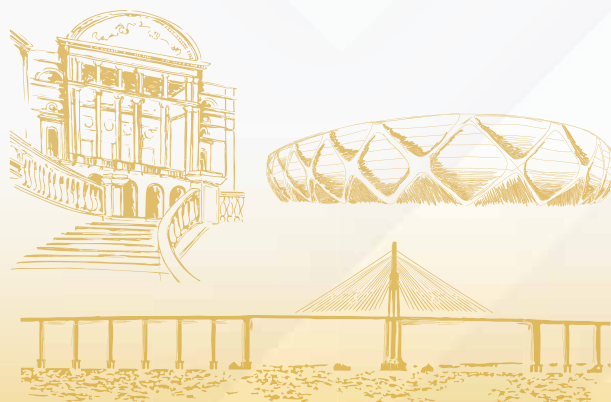
Aproveite para ler mais conteúdos da PIM Amazônia. Aponte o celular para o QR-code e descubra!



Tudo em um só Lugar!



- ⚡ Elétrica
- 🖨️ Tintas
- 🏠 Casa&UD
- 🗑️ Mangueiras
- 🏗️ Proteção
- 🔧 Ferramentas
- ⚙️ Máquinas
- 🔨 Construção
- 🔪 Marcenaria
- 📍 Correias
- 🧼 Limpeza
- 🚤 Navegação



JAPIIM

C. NOVA

CENTRO

PARQUE 10

O produto que virou potência industrial de Manaus

Produção quase dobrou em cinco anos, polo se tornou o segundo maior do mundo e atrai nova onda de fabricantes e fornecedores.

POR PRISCILA MESQUITA E JHEMISSON MARINHO

O ar-condicionado deixou de ser apenas mais um item da linha de eletroeletrônicos para se transformar em uma potência industrial de Manaus. Em cinco anos, o faturamento das fabricantes cresceu 96%, a produção ultrapassou 6 milhões de unidades e o Polo Industrial saltou da 5ª para a 2ª posição entre os maiores do mundo, atrás apenas da China. Agora, tem pela frente dois gargalos para continuar em franca expansão.

Com 19 fabricantes ativos e cerca de cem fornecedoras de componentes, o setor já é o 3º maior gerador de receitas da indústria amazonense e é considerado estratégico para o mercado interno. À PIM Amazônia, a Suframa afirmou que o segmento é fundamental para “a sustentação do Polo Industrial”.

Foram 5,91 milhões de unidades fabricadas em Manaus há dois anos, quando o polo assumiu a vice-liderança mundial. No ano passado, veio um novo recorde: 6,28 milhões de aparelhos saíram das fábricas. Para este ano, a projeção da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) é superar os 7 milhões de unidades produzidas.



Produção de ar-condicionado do PIM deve superar 7 milhões de unidades neste ano, segundo estimativa da Eletros.

O potencial no médio e longo prazo é gigantesco. Estima-se que a produção de ar-condicionado alcance 20 milhões de unidades em menos de 10 anos, segundo o presidente da Eletros, Jorge Nascimento Júnior.

“No mercado brasileiro, cerca de 80% dos lares não têm ar-condicionado. Então é um mercado grande, por isso o mundo todo está se voltando a produzir ar-condicionado no Brasil e para o Brasil”, diz.

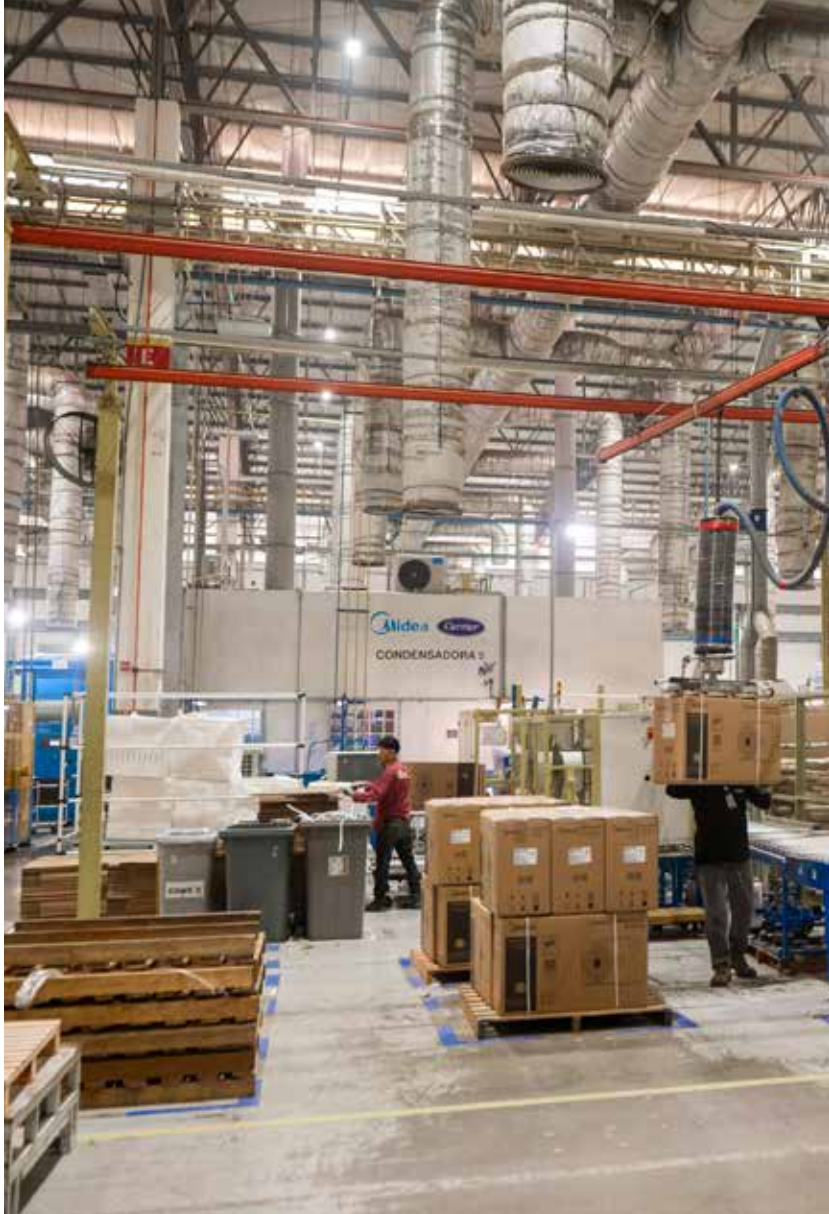
Peso-pesado

A evolução do segmento de ar-condicionado, principalmente dos aparelhos do tipo split, se reflete no peso dessa indústria no parque fabril de Manaus. O começo foi em março de 2000, quando o primeiro aparelho saiu da linha de produção da FAM da Amazônia. Naquele ano, foram produzidas 11 unidades.

Dez anos depois, em 2010, a produção de aparelhos do tipo Split já somava 1,8 milhão de unidades, saltando para 2,7 milhões no ano seguinte. Atualmente, a cadeia produtiva de ar-condicionado responde por 8% do faturamento da indústria de Manaus e pela geração de 15 mil empregos associados ao segmento, entre diretos e indiretos.

Em nível nacional, a indústria de climatização vem liderando o desempenho do mercado eletroeletrônico, em sentido oposto ao de outros segmentos. Em 2025, as vendas cresceram 16%, contra uma queda de 4% da linha portátil e um recuo de 1% da linha branca. Já a linha marrom avançou 3%.

Entre os fatores que explicam o avanço do ar-condicionado estão a maior frequência de ondas de calor



15 MIL POSTOS DE TRABALHO



DIVULGAÇÃO/MIDEA CARRIER

Área fabril da Midea Carrier em Manaus: empresa projeta R\$ 50 milhões em investimentos em 2026



Entre diretos e indiretos

HISTÓRICO DE PROBLEMAS

A questão dos compressores não é nova, mas se agravou em 2024. No caso dos modelos split, por exemplo, a cota mínima de 12% de compressores nacionais exigida pelo PPB não foi alcançada, com a Tecumseh entregando apenas 5% da demanda. O governo autorizou que a diferença não cumprida em 2024 fosse compensada ao longo de 2025.

No primeiro semestre de 2025, o setor continuou enfrentando a escassez do insumo. No final do ano, o governo federal agiu em duas frentes – para os aparelhos de janela e para os aparelhos split –, flexibilizando as regras, mas de forma temporária para a maioria dos casos.

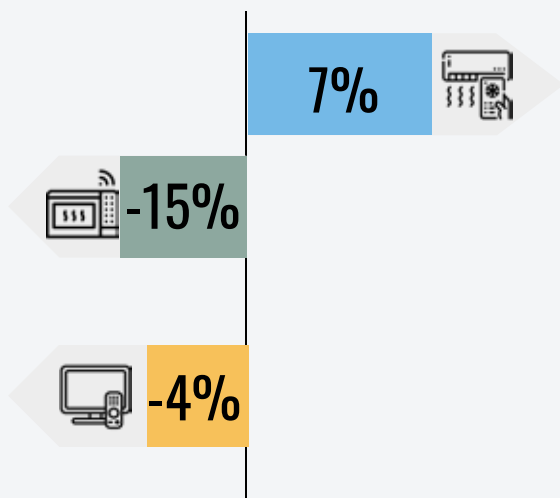
Uma primeira portaria do dia 1º de dezembro alterou o PPB do condicionador de ar de janela. O texto mantém a exigência de 50% de compressores nacionais como regra permanente, mas estabeleceu que, excepcionalmente para os anos-calendário de 2025, 2026 e 2027, esse percentual cai para 30%.

Uma segunda portaria, de 30 de dezembro, alterou o PPB para os aparelhos split, permitindo que empresas compensem pontuações não atingidas em um ano-calendário nos anos seguintes. Na prática, a exigência de compressores nacionais continua existindo, pois a portaria não extinguiu a obrigação.

No caso de aparelhos acima de 18 mil BTU/h, a flexibilização foi mais ampla: vale enquanto não houver comprovação de produção nacional de compressores com eficiência equivalente aos importados.

Desempenho de Produção 2025

Zona Franca de Manaus



Por produto produzido pelo setor na região

AR-CONDICIONADO

A fabricação de modelos Split System cresceu em relação a 2024, mantendo o nível elevado de produção.

MICRO-ONDAS

Houve retração em 2025, após avanço expressivo da fabricação no ano anterior.

TELEVISOR

A produção apresentou recuo frente a 2024, refletindo ajuste após dois anos consecutivos de crescimento.

Comparativos de produção com ano anterior (2025 x 2024).

ao longo do ano, oferta de modelos com melhor desempenho operacional, preferência do consumidor pelo conforto térmico e tecnologia aplicada aos equipamentos.

“Este é um produto que te dá conforto, qualidade de vida, serve para escritório, casa, escola, hospital. Além disso, os produtos estão cada vez mais modernos, inovadores, eficientes no consumo de energia. Existem modelos em que o consumo é semelhante ao de ventilador industrial”, destaca Jorge Júnior.

Atração de investimentos

A consolidação da cadeia produtiva tem, ainda, outro reflexo visível:

a aprovação de 13 projetos industriais pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam), do Governo do Amazonas, nos últimos dois anos.

O órgão é o colegiado responsável por conceder benefícios fiscais estaduais a quem produz em Manaus. Quando aprovados, os projetos podem usufruir da redução ou isenção de impostos.

Entre 2024 e 2026, o Conselho aprovou sete projetos de implantação de novas fábricas, cinco de diversificação e um de atualização industrial.

Juntos, os investimentos projetados são de R\$ 221,3 milhões e estimativa de geração de 608 postos de trabalho, conforme levantamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Eco-

nômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti).

Um desses projetos de implantação é estratégico. Trata-se da Tecumseh, única fabricante de compressores para ar-condicionado em operação no Brasil. Nos bastidores da indústria, porém, há dúvidas sobre o ritmo de implantação do projeto caso as regras do setor permaneçam como estão.

Atualmente instalada em São Carlos (SP), a empresa norte-americana prevê investimentos de R\$ 56 milhões, em um anúncio que já havia sido feito no início de 2025.

No papel, os recursos visam construir uma planta com capacidade produtiva de até 1 milhão de compressores por ano e amenizar um antigo gargalo do segmento, que ainda depende das importações, sobretudo da Ásia.

“A confirmação da implantação da indústria Tecumseh representa importante avanço para o adensamento da cadeia produtiva local, fortalecendo a verticalização industrial, ampliando a competitividade do polo e estimulando a atração de novos investimentos”, analisou o secretário-executivo adjunto da Sedecti, Anderson Grimm.

O problema, segundo fonte ouvida pela reportagem, é que as regras atuais favorecem a empresa, que teria poucos motivos para transferir a produção para Manaus, e dificultam a expansão do setor. Atualmente, o projeto de implantação da empresa está em análise na Suframa.

O gargalo dos compressores

Pelas regras atuais do Processo Produtivo Básico (PPB), 50% dos compressores para ar-condicionado de janela, por exemplo, devem ser comprados de fornecedores instalados no



NOVAS APOSTAS

O crescimento do polo de ar-condicionado em Manaus tem mexido na estratégia de fabricantes de eletroeletrônicos.

A **Mondial** apresentou uma planta de 24 mil m² em Manaus voltada à produção de ar-condicionado da marca Aiwa.

A diversificação amplia o portfólio da companhia, que já produz, desde a aquisição da antiga fábrica da Sony, em 2021, itens como fornos micro-ondas, televisores e equipamentos de áudio.

Outro movimento recente veio da **Haier**. A fabricante chinesa iniciou operação em Manaus com produção de ar-condicionado em parceria com a Jabil e planeja uma fábrica própria a partir de 2028, com investimento estimado entre US\$ 30 milhões e US\$ 40 milhões.

A empresa, considerada a maior fabricante global de eletrodomésticos em volume de vendas, também prevê R\$ 60 milhões em marketing no Brasil e estima faturar R\$ 500 milhões no mercado brasileiro.

Para a Eletros, a decisão da Haier de iniciar sua produção brasileira na Zona Franca reforça a competitividade do modelo. A entidade vê a chegada da empresa como sinal da capacidade do Polo Industrial de atrair fabricantes globais de tecnologia.

DE ITEM DE LUXO A PRODUTO DE BEM-ESTAR

O avanço da indústria de ar-condicionado acompanha uma mudança no consumo, segundo a Eletros. O aparelho deixou de ser visto apenas como item de luxo ou solução para dias de calor extremo e passou a ser associado a conforto térmico, qualidade de vida e produtividade em casas, escritórios, escolas, hospitais e ambientes comerciais.

Em regiões mais frias, passou a ser utilizado durante todo o ano, ampliando o mercado potencial no país.

A evolução tecnológica também pesa nesse movimento.

Os modelos atuais são mais silenciosos, econômicos, eficientes e conectados, com recursos como Inteligência Artificial, filtros de purificação do ar, controle por aplicativos e menor consumo de energia em relação a equipamentos fabricados há poucos anos.

Na avaliação do setor, temperaturas mais altas, busca por conforto e ganho de eficiência tendem a tornar o ar-condicionado mais presente nas casas brasileiras.

DIVULGAÇÃO/TECUMSEH



Brasil. E a Tecumseh é justamente a única fornecedora do produto considerado o “coração” do ar-condicionado, responsável por pressurizar e fazer circular o fluido refrigerante no sistema.

O PPB é uma espécie de “receita” estabelecida pelo governo brasileiro para uma fábrica usufruir dos incentivos fiscais da Zona Franca. Tecnicamente, a norma define um conjunto mínimo de etapas de fabricação que devem ser realizadas no Brasil.

A chegada de uma fábrica de compressores a Manaus teria o potencial de gerar um dos maiores impactos estruturais recentes na cadeia produtiva deste segmento, avalia o economista e presidente do Conselho Regional de Economia da 13ª Região (Corecon-AM/RR), Márcio Paixão. “Isso é estratégico porque o compressor é um dos componentes de maior valor agregado do aparelho”, afirma.

Nos últimos meses, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico manteve tratativas com o Governo Federal para tratar do impasse relacionado ao PPB dos compressores. Na avaliação de técnicos amazonenses, a solução



Com planta em São Carlos (SP), Tecumseh tem projeto aprovado para instalar fábrica em Manaus, é a única fornecedora de compressores instaladas no Brasil

MAIORES PRODUTORES



DISPUTA PELA LIDERANÇA



Não há dados abertos sobre o faturamento das empresas instaladas em Manaus. Conforme apuração da **PIM Amazônia**, a liderança na produção hoje é fortemente disputada pela Midea Carrier e Elgin, seguidas por Gree, Philco e Ventisol Agratto. Esta última anunciou, em 2025, investimento de R\$ 100 milhões em uma nova unidade em Manaus, que está sendo construída na rodovia AM-010-Torquato Tapajós, ao lado da fábrica da Novamed.

Quem também projeta investimentos no parque de Manaus é a Midea Carrier, que tem capacidade atual de produção superior a 3 milhões de unidades por ano. A chinesa projeta investimentos de R\$ 50 milhões em 2026 nas unidades fabris de Manaus e Canoas (RS).

O projeto busca ampliar a estrutura produtiva, modernizar as linhas industriais, incorporar novas tecnologias e desenvolver equipamentos mais conectados. "Parte relevante desses investimentos também está voltada ao aumento da eficiência energética dos produtos e ao fortalecimento do portfólio com soluções cada vez mais alinhadas às demandas do consumidor brasileiro", pontua o gerente industrial da Midea Carrier em Manaus, Luciano Oliveira.

Fruto de uma *joint venture** entre a Midea e a Carrier, a empresa gera aproximadamente 2 mil empregos diretos em Manaus, com produção de ar-condicionado split (residencial e comercial leve), modelos de janela e micro-ondas. O principal destaque em volume de vendas é o split, categoria em que a companhia afirma liderar o mercado brasileiro com 17% de participação, aproximadamente.

passa pela atração de uma nova fábrica, seja chinesa, japonesa ou coreana, de forma a ampliar a concorrência.

O problema é o custo. Segundo a Eletros, potenciais investidores consultados pela entidade relataram que a instalação de uma fábrica capaz de cumprir integralmente o PPB atual de compressores exigiria investimentos da ordem de R\$ 200 milhões. Trata-se de um aporte elevado, com risco de não haver mercado suficiente para justificar a operação durante os primeiros anos.

Um caminho para isso seria desverticalizar o PPB, segundo a Eletros, dividindo o processo de produção em etapas mais simples. Atualmente, com a regra verticalizada, é como se houvesse muitas fábricas dentro de uma só, encarecendo um projeto concorrente.

O gargalo dos motores

Além dos compressores, outro desafio para a indústria de ar-condicionado é contornar a dependência de poucos fornecedores de motores. Há pouco mais de dois anos, a brasileira WEG era a única fornecedora em solo nacional.

Hoje também produzem motores no país a brasileira Elgin, que investiu R\$ 200 milhões em uma nova planta em Manaus, e a chinesa Welling Motor, do Grupo Midea, que investiu R\$ 70 milhões em uma fábrica no sul de Minas Gerais.

Na prática, os dois principais insumos dos aparelhos de climatização são dominados por poucas empresas, resultando em pouca competitividade no mercado e oferta dos itens a preços mais altos.

Pelas regras atuais, as fabricantes de ar-condicionado são obrigadas a



DIVULGAÇÃO/MIDEA CARRIER

comprar nacionalmente 90% dos motores para os modelos de janela. Para os modelos split, a obrigação é estabelecida em um sistema de pontuação, em que as empresas acumulam pontos conforme as etapas realizadas para atingimento de uma meta.

Na avaliação do setor, este é um produto importante, em que os Estados Unidos são o maior comprador mundial, mas que esbarra na política industrial.

“Estamos em conversas com o governo federal”, pontua Jorge, da Eletros, que defende a flexibilização do PPB.

O futuro passa pelas exportações

Um dos caminhos para o crescimento do polo de ar-condicionado passa, também, pelas exportações. Em

Manaus, os produtos amadureceram e atingiram o que a Eletros chama de “projeto global”, com índices de eficiência 50% maiores do que há cinco anos.

No passado, o setor exportou aparelhos do tipo janela para os Estados Unidos. Para Jorge, da Eletros, a flexibilização do PPB, garantindo o acesso a fornecedores globais e melhoria da competitividade interna, a revisão da política de incentivo a exportações e o investimento em infraestrutura podem tornar muito competitivo o produto feito em Manaus.

O potencial existe, com grandes consumidores ao lado do Brasil, como Argentina, Colômbia, Chile, Peru e Equador. Resta acompanhar o andamento do mercado, o movimento dos fabricantes e do governo brasileiro ao longo dos próximos anos.

Polo de ar-condicionado quase dobrou o faturamento em cinco anos e já ocupa a terceira posição entre os maiores geradores de receita do PIM.

CONTEÚDO EXTRA



INFOGRÁFICO

Veja a evolução da produção de aparelhos split no Brasil entre 2020 e 2025

Reforma tributária acende novo alerta para o futuro do interior do Amazonas

Com zoneamento incompleto, baixa regularização fundiária e fundos ainda indefinidos, municípios precisam se preparar antes que a nova lógica cobre a conta

POR JHEMISSON MARINHO

Especialistas ouvidos pela **PIM Amazônia** concordam em um ponto sobre o futuro de cidades no interior do Amazonas no pós-reforma tributária: há tempo para se adequar, mas não há projeto pronto para ser colocado em prática no curto prazo.


A Zona Franca de Manaus saiu fortalecida, garantindo a segurança jurídica que precisava até 2073. Ao interior, por outro lado, coube a promessa da criação de fundos para compensar as perdas.

O texto aprovado pelo Congresso, em 2023, mudou a lógica de distribuição de tributos no Brasil. O imposto, que até aqui é arrecadado onde a produção é feita, passa a ser recolhido onde o consumo acontece.

Para Manaus, que produz muito e vende para o país inteiro, a perspectiva é positiva. A região passa a ser o único polo do Brasil com benefício fiscal garantido.

A preocupação é com os municípios do interior, com um mercado consumidor pequeno e que dependem de transferências públicas para funcionar. A mudança na forma de arrecadação pode até mesmo ampliar o histórico desequilíbrio entre Manaus e os demais municípios.



 DIVULGAÇÃO / SUFRAMA



Reforma garantiu à Zona Franca a segurança jurídica até 2073

ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

A boa notícia, segundo o ex-secretário de Fazenda do Amazonas, Alex Del Giglio, é que a Emenda Constitucional 132 estabelece que a “a transição federativa da repartição das receitas do IBS ocorrerá de forma extremamente gradual, entre 2029 e 2077, suavizando os efeitos da migração do critério de origem para o destino”.

Entre 2026 e 2033 ocorre a transição operacional e tributária para os contribuintes, com convivência gradual entre os tributos atuais e o novo sistema. A chamada transição federativa, que reorganiza como estados e municípios recebem sua fatia da arrecadação, é uma história que atravessa décadas. Ou seja, para os municípios, não haverá uma ruptura imediata de receitas.

“No longo prazo, o sistema tende a refletir de forma mais intensa a dinâmica do consumo local, o que pode favorecer municípios com maior mercado consumidor e maior dinamismo econômico”, avalia Del Giglio, que é doutorando em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

No Amazonas, a capital responde por quase 80% do Produto Interno Bruto (PIB) e metade da população. Os outros 20% do PIB estão divididos entre 61 municípios. “Os efeitos concretos sobre os municípios dependerão não apenas da dinâmica do consumo, mas também das regras de transição, dos mecanismos de compensação federativa, dos fundos

constitucionais e da capacidade regional de atração de investimentos”, acrescenta.

Perda de autonomia

A partir de 2029, os repasses derivados do ICMS serão gradualmente substituídos pela participação municipal na arrecadação do IBS, gerido por um comitê gestor nacional, uma espécie de autarquia especial que fica com uma parcela da arrecadação para se autofinanciar.





LUCAS SILVA/SECOM

Interior do Amazonas é fortemente dependente de transferências públicas

**NO AMAZONAS, A CAPITAL
RESPONDE POR QUASE
80% DO PRODUTO INTERNO
BRUTO (PIB) E METADE DA
POPULAÇÃO**

A autonomia municipal sobre a própria receita, que já era curta, vai encolher e quem dependia de repasses estaduais, vai passar a depender de uma estrutura mais distante e mais burocrática.

De acordo com o secretário parlamentar, Marcelo Pereira, o interior precisa se preparar para esse novo ambiente. “Temos um dever de casa, pois sem consumo não há arrecadação, e sem isso não há serviços”, afirma.

Como a reforma não preservou os incentivos federais da Amazônia Ocidental ligados ao IPI, que barateavam a aquisição de bens de capital para produtores do interior, a exemplo de máquinas para processamento de fécula de mandioca, esse benefício desaparece antes de qualquer fundo compensatório estar operacional.

Os fundos estão previstos no artigo 92-B do ADCT: um de diversificação econômica do Amazonas e outro voltado à Amazônia Ocidental e ao Amapá.

São eles que, na lei, deveriam financiar infraestrutura e criar condições para o interior crescer até 2073.

O problema é que precisam de dotação orçamentária federal para existir de verdade. “Nossa bancada tem uma missão institucional grande, para que Brasília ofereça já no próximo orçamento os numerários necessários para a criação dos fundos”, diz Marcelo Pereira, que também é ex-superintendente da Suframa.



Em 2025, Amapá se tornou o primeiro estado da Amazônia a concluir o ZEE

Sem os fundos, a conta não deve fechar. O investimento público precisa vir primeiro para gerar renda, renda gera consumo, consumo gera arrecadação, em uma construção que deve demorar anos na avaliação de Pereira.

O que o zoneamento ainda não disse

Existem soluções em estudo. Uma delas é o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), que define o que cada pedaço do território pode produzir. Mas ainda não está pronto e os prazos são incertos.

O macrozoneamento divi-

de o estado em nove sub-regiões. A região do Purus tem um documento elaborado em 2011 que ainda não foi homologado. Quando estava prestes a ser aprovado, o novo Código Florestal mudou os parâmetros, o documento precisou ser refeito, os governos se sucederam e o prazo expirou.

Hoje o texto está praticamente atualizado, mas aguarda recursos para ser formalizado. O orçamento estimado para avançar nas regiões prioritárias, em parceria com a Embrapa Solos, é de R\$ 56 milhões.

A Embrapa chegou a iniciar trabalhos no Madeira e parou por falta de combustível para as

rabetas que visitariam as comunidades ribeirinhas.

“A hora que a gente pegar o recurso, a gente está com tudo pronto”, afirma o chefe do Departamento de Diversificação Econômica da Sedecti, Sandro Amazonas. Com R\$ 3 milhões, diz ele, seria possível retomar o Purus em seis meses. O recurso ainda não saiu. Em abril do ano passado, o Amapá se tornou o primeiro estado da Amazônia brasileira a finalizar e aprovar seu ZEE.

Com o ZEE, é possível indicar com segurança onde a exploração mineral é viável e onde não é, quais áreas têm potencial para extrativismo organizado, onde o agronegócio pode avançar sem conflito com unidades de conservação ou terras indígenas.

A empresa Potássio Brasil leva mais de dez anos tentando avançar no estado e esbarra repetidamente em indefinições sobre áreas protegidas. O Amazonas tem, numa única região, os três componentes químicos necessários para produzir fertilizante: nitrogênio, fósforo e potássio. O Brasil importa fertilizante da Rússia, de Israel e da Ucrânia.

Outro problema histórico é a regularização fundiária. Sem o título, o acesso ao crédito e ao financiamento é limitado e a informalidade empurra a economia para atividades de baixa produtividade. “A terra não é deles porque ninguém resolveu a questão fundiária”, resume Sandro Amazonas.

A DISPUTA PELO IBS



A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou, no fim de 2025, que mudanças no PLP 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e dos critérios de repartição da receita, podem gerar perda bilionária para os municípios brasileiros.

Segundo a entidade, a alteração na regra de cálculo da alíquota do IBS usaria como referência a arrecadação média de ICMS e ISS entre 2012 e 2021, em vez de um período mais recente.

Como o ISS cresceu acima dos demais impostos nos últimos anos, a mudança reduziria a parcela municipal do novo imposto.

A CNM estima que a receita própria dos municípios poderia cair de R\$ 157 bilhões para cerca de R\$ 120 bilhões, o que representaria impacto anual próximo de R\$ 40 bilhões. A entidade afirma que a perda seria parcialmente compensada durante a transição, mas aumentaria ao longo do tempo, chegando a R\$ 34 bilhões em 2073, em valores atuais.

Além da questão fiscal, a CNM critica mudanças nas regras de escolha dos representantes municipais no Comitê Gestor, por entender que o modelo reduz a representatividade dos municípios no novo sistema de governança tributária.

4 MOMENTOS EM QUE O MUNDO OLHOU PARA O AMAZONAS

Marcelo Pereira defende a tese de que o mundo olhou para o Amazonas durante quatro momentos ao longo dos últimos cem anos.



1

BORRACHA

No século 19, a demanda internacional pela borracha transformou a Amazônia em centro estratégico da economia global.

ESFORÇO DE GUERRA

Na década de 1940, a região voltou a ganhar relevância com a demanda por borracha durante a Segunda Guerra Mundial.

2



3

CLIMA

Em 2012, o reconhecimento do papel da floresta na regulação climática reforçou o peso estratégico da Amazônia e ajudou a embasar a prorrogação da Zona Franca de Manaus.



REFORMA TRIBUTÁRIA

Agora, a reforma pode abrir um novo ciclo para o interior do Amazonas. Mas, ao contrário dos anteriores, esse momento exige construção interna: regularização fundiária, ZEE concluído, fundos capitalizados e cadeias produtivas organizadas.

4



Falta escala

A cadeia da borracha natural ilustra bem o intervalo entre o que o interior pode fazer e o que efetivamente faz. Quatro empresas do próprio Polo Industrial de Manaus têm demanda por borracha regional, como a Etor Pneus, que entra em operação este ano precisando de 1.200 toneladas anuais, e a Veja, fabricante de tênis, que comprou cerca de 130 toneladas do Amazonas no ano passado, de acordo com a Sedecti.

A produção atual do estado não chega a 400 toneladas e a demanda do mercado local já exige o dobro.

Com um gargalo estrutural, o seringueiro recebe pelo produto, mas não pelo serviço que presta à floresta. Sandro Amazonas defende o que chama de “mão de obra verde”, um salário mínimo mensal pago a quem mantém produção mínima comprovada, financiado por fundos internacionais ou mecanismos de pagamento por serviços ambientais, não pelos governos estadual ou federal.

Na prática, hoje o seringueiro consegue receber cerca de R\$ 16 por quilo da borracha, contando com subvenções, valor que pode chegar a R\$ 8 mil em uma safra de 500 quilos.

Pela proposta da “mão de obra verde”, ele venderia a borracha a preço de mercado, estimado em R\$ 7 por quilo, o que geraria R\$ 3,5 mil pelos mesmos 500 quilos. A diferença estaria na remuneração mensal



Demanda local por borracha exige o dobro da produção atual

por manter a floresta em pé. Somado esse pagamento à venda da safra, a renda anual passaria para R\$ 22 mil. A proposta, porém, ainda segue no papel, e o mesmo padrão se repete em outras cadeias.

O estado produz açaí de qualidade, segundo técnicos da área, e começa a atrair produtores de Rondônia. A Transcafés compra café do próprio Amazonas, mas ainda depende de volumes de fora para complementar a demanda.

Para Sandro, se 13 municípios plantassem mandioca no padrão recomendado pela Embrapa, a 40 toneladas por hectare, contra as 12 que a média atual produz, já haveria escala para abastecer uma fábrica de fécula e substituir as 80 toneladas que chegam do Paraná para atender o Polo Industrial. “Hoje não tem”, afirma, destacando que o setor primário responde por menos de 5% do PIB.

CONTEÚDO EXTRA



VÍDEO

Como a Reforma Tributária transforma a Zona Franca no único polo com benefício fiscal a partir de 2023



MARCELO PEREIRA

ECONOMISTA E SECRETÁRIO PARLAMENTAR

A REFORMA TRIBUTÁRIA E O ECOSISTEMA DE PD&I DA AMAZÔNIA OCIDENTAL E AMAPÁ

Desafios e Oportunidades para a Zona Franca de Manaus

A aprovação da Reforma Tributária em 2023, por meio da Emenda Constitucional nº 132, encerrou quase quatro décadas de debates no Congresso Nacional e inaugurou uma profunda transformação no Sistema Tributário Nacional. A regulamentação posterior, consolidada na Lei Complementar nº 214/2025, estabeleceu as bases do novo modelo de tributação que será implementado gradualmente até 2032 — e, no caso da Zona Franca de Manaus (ZFM) e das Áreas de Livre Comércio, até 2073.

Esse novo cenário exige uma reflexão estratégica: a transição de um modelo econômico sustentado majoritariamente por incentivos fiscais para um modelo baseado em tecnologia, inovação e agregação de valor. A Amazônia Ocidental e o Amapá, regiões diretamente impactadas pela ZFM e pela Lei de Informática, encontram-se diante de uma oportunidade histórica de reposicionamento econômico.

Ao analisar os efeitos da Lei Complementar nº 214/2025 sobre o setor de TICs e sobre os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), é possível identificar três grandes grupos de impacto que moldarão o futuro da região.

SEGURANÇA JURÍDICA E FORTALECIMENTO DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS DE TICs

A nova legislação trouxe um conjunto de dispositivos que reforçam a segurança jurídica das empresas de bens e serviços de TICs instaladas na ZFM. Entre os principais avanços, destacam-se:

- **Desoneração total da cadeia de produção, abrangendo insumos importados, nacionais e locais;**

- **Crédito Presumido de IBS de 100%** sobre o saldo devedor na saída dos produtos para o consumo no mercado interno; e

- **Crédito Presumido de 2% de CBS** sobre o valor da operação na venda ao consumo;

Além do não recolhimento de IBS no Consumo de Bens de TICs produzidos na ZFM e considerando que a alíquota de CBS dificilmente ultrapassará 9%, estima-se que o consumidor final terá, também, uma redução superior a 22% de CBS no preço dos produtos industrializados na ZFM. Esse mecanismo tende a elevar o faturamento das indústrias de TICs e, conseqüentemente, aumentar o volume de investimentos obrigatórios em PD&I, fortalecendo o ecossistema regional de inovação.

DESONERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM PD&I E AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS PARA ICTS

A Emenda Constitucional nº 132 determinou que a Lei Complementar que institui o IBS e a CBS deveria prever redução de 100% das alíquotas para serviços prestados por Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) sem fins lucrativos. A LC 214/2025 regulamentou essa diretriz no Art. 143, VIII. Isso significa que:

- ICTs sem fins lucrativos passam a ter alíquota zero de IBS e CBS;
- Projetos de PD&I executados por essas instituições tornam-se mais competitivos; e
- A retenção do ISS — que somou R\$ 129 milhões entre 2023 e 2024 — será gradualmente eliminada a partir de 2029, com a transição do ICMS/ISS para o IBS.

O resultado direto é o aumento do volume de recursos disponíveis para projetos de PD&I no âmbito da Lei de Informática da ZFM, fortalecendo a capacidade científica e tecnológica da região.

A URGÊNCIA DA DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

A mudança mais estrutural trazida pela Reforma Tributária é o fim do princípio da origem e a adoção plena do princípio do destino a partir de 2033. Isso significa que:

- A arrecadação ocorrerá no estado onde o produto é consumido, e não onde é produzido;
- Manaus, que concentra a produção industrial, deixará de concentrar a arrecadação;
- Estados consumidores passarão a receber a maior parte da receita; e
- O interior da Amazônia, com baixa densidade populacional e consumo reduzido, tende a perder arrecadação.

Essa mudança representa o maior desafio estrutural para a ZFM desde sua criação. A resposta necessária é clara: diversificar a economia e promover dinamismo econômico no interior da Amazônia Ocidental e do Amapá, com forte apoio em inovação, ciência e tecnologia.

A Emenda Constitucional 132 e a LC 214 criaram instrumentos para essa transição, especialmente por meio dos novos fundos regionais.



CONTEÚDO EXTRA



SITE
Aponte a câmera para o Qr Code e leia o artigo completo.

Eletrificação ainda engatinha no polo das motos

Produção avança com fabricantes menores e modelos por assinatura, enquanto grandes montadoras ainda mantêm foco nas motos a combustão

POR FRANCISCO GOMES

Manus é uma potência nacional em motos. No ano passado, o Polo Industrial produziu 1,98 milhão de unidades, o maior volume desde 2011, quando as fabricantes ultrapassaram a marca de 2,1 milhões. No segmento elétrico, que tem ganhado visibilidade no mercado, a indústria ainda dá os primeiros passos. Das 11 fabricantes associadas à Abraciclo, principal entidade do setor, apenas a Yamaha fabrica motos elétricas.

Por enquanto, o avanço vem de empresas menores, novos modelos de negócio e projetos ainda em fase de escala. Em janeiro de 2026, a produção nacional de motos elétricas chegou a 3.414 unidades, contra 1.642 no mesmo mês do ano anterior, alta de quase 108%, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares.

O percentual até chama a atenção, mas é preciso considerar que a base ainda é pequena diante de um mercado dominado por modelos a combustão.





DBS

DBS recebeu R\$ 300 milhões da startup Vammo para produção de motos elétricas

“O avanço dos modelos elétricos no setor de duas rodas reflete uma transformação mais ampla da mobilidade urbana brasileira. O consumidor passou a buscar veículos mais eficientes, econômicos e conectados às demandas ambientais, enquanto a indústria intensificou os investimentos em tecnologia, inovação e descarbonização”, diz o presidente da Abraciclo, Marcos Bento.

Segundo ele, esse movimento tende a ganhar força nos próximos anos, especialmente com a evolução da infraestrutura, da eficiência energética e das soluções voltadas ao uso urbano e logístico.

Em abril de 2025, a chinesa Yadea, líder mundial na fabricação de veículos elétricos de duas rodas, iniciou a produção local no Brasil, em uma operação na Zona Franca de Manaus em parceria com a Jabil. A empresa, apelidada de BYD das motos, tem fábricas também no Vietnã, Indonésia e Tailândia.

A chegada da fabricante foi vista no mercado como uma oportunidade de abrir caminho para outros produtores asiáticos investirem no País.

Outra que passou a operar em solo amazonense foi a startup brasileira Leva Motors, que também começou a produzir em parceria com a Jabil. A operação teve aporte inicial de R\$ 2 milhões, com outros R\$ 2 milhões investidos em um segundo momento.

Modelo por assinatura puxa avanço

O caso mais concreto em curso no Polo de Manaus é o da DBS, que iniciou, em abril, uma parceria estratégica com a startup de tecnologia Vammo. O acordo prevê a produção de mais de 15 mil motos elétricas até o



Chinesa Yadea iniciou produção na Zona Franca de Manaus em 2025

fim de 2026, em um projeto que envolve R\$ 300 milhões.

O volume ainda é modesto diante do mercado total de motocicletas, mas representa o maior projeto industrial de motos elétricas atualmente em andamento em Manaus. A iniciativa inclui uma planta de aproximadamente 4 mil metros quadrados na capital amazonense e está associada a um modelo de negócios conhecido como “vehicle as a service”.

Na prática, em vez da venda direta, a Vammo oferece motos elétricas por assinatura, especialmente para entregadores de aplicativos. O pacote inclui manutenção e seguro, reduzindo o





IMAGENS: DIVULGAÇÃO/YADEA

EM ABRIL DE 2025, A CHINESA YADEA, LÍDER MUNDIAL NA FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS DE DUAS RODAS, INICIOU A PRODUÇÃO LOCAL NO BRASIL, EM UMA OPERAÇÃO NA ZONA FRANCA DE MANAUS EM PARCERIA COM A JABIL



custo inicial para quem usa o veículo como ferramenta de renda.

“Estamos ampliando o acesso à mobilidade elétrica no Brasil. Nossa expansão em Manaus, em parceria com a Vammo, representa um passo decisivo para consolidar um ecossistema de transporte mais limpo, eficiente e alinhado às necessidades das cidades e dos trabalhadores do futuro”, afirma Ricardo Ducco, diretor do grupo DBS.

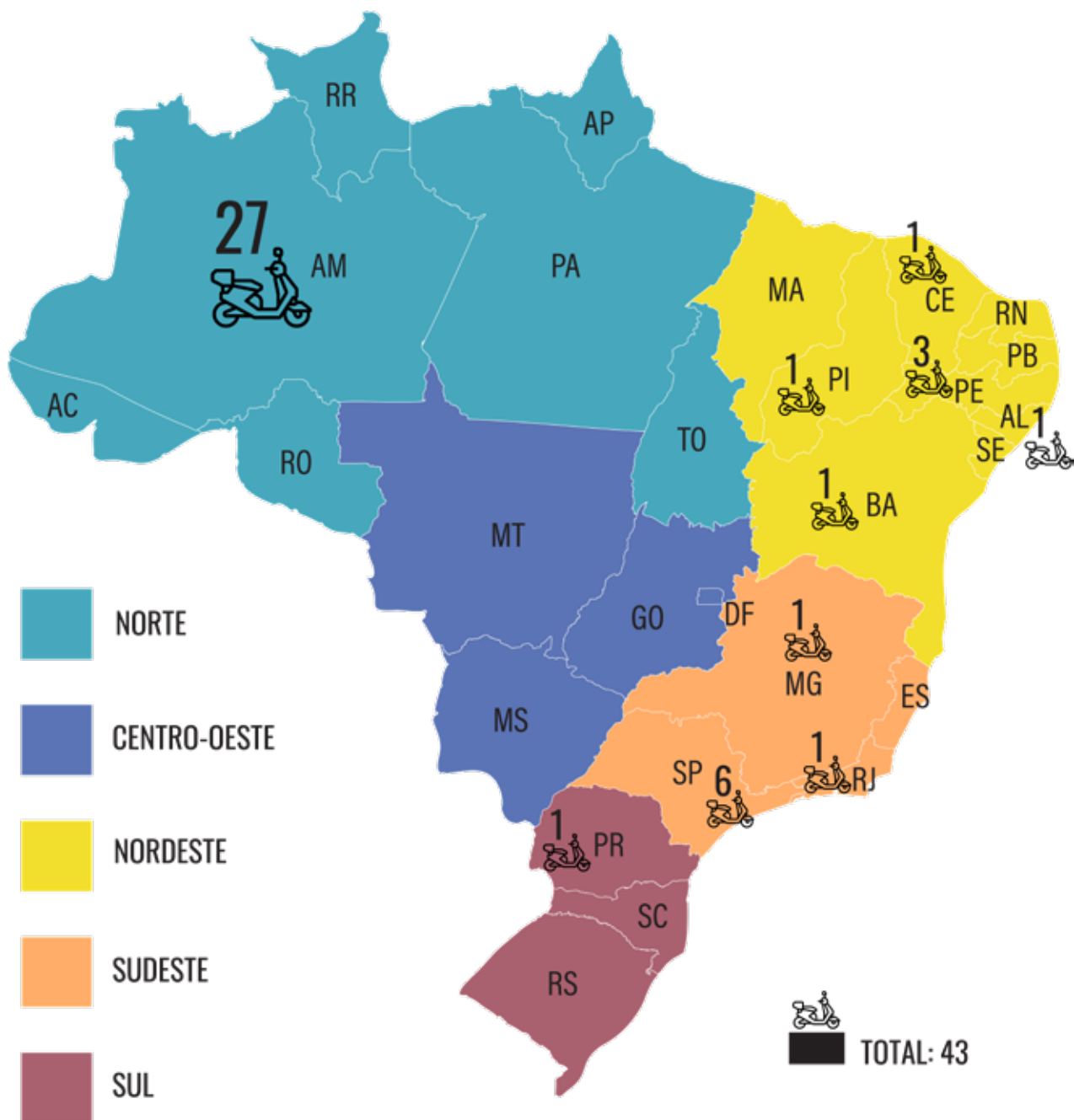
A empresa também ganhou espaço no mercado nacional. Segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), a DBS saltou da 16ª para a 11ª posição no ranking de fabricantes de motocicletas no Brasil entre 2024 e 2025, superando marcas tradicionais como Suzuki, Kawasaki e Harley-Davidson.

No segmento elétrico, a companhia afirma deter 28,25% dos emplacamentos registrados em 2024.

“Superar marcas como Suzuki e Harley-Davidson no ranking da Fenabrave em apenas um ano é um resultado que nos orgulha muito, mas que também nos impõe responsabilidade.

Fabricantes por estado no setor de duas rodas

Motocicletas





DIVULGAÇÃO

Scooter elétrico da frota da startup Vammo, que realiza locações

No elétrico, onde somos líderes com 28,25% dos emplacamentos em 2024, continuamos fortalecendo nossa parceria com a Vammo, que com seu modelo de assinatura democratiza o acesso e cria uma base de uso recorrente muito consistente”, menciona Ducco.

Para o executivo, o crescimento das motos elétricas no Brasil passa necessariamente por modelos que reduzam o custo de entrada do consumidor, especialmente para trabalhadores que dependem do veículo como instrumento de renda.

“O maior obstáculo à adoção em massa de veículos elétricos no Brasil não é a tecnologia, é o custo de entrada. O modelo de assinatura elimina essa barreira: o entregador acessa o ve-

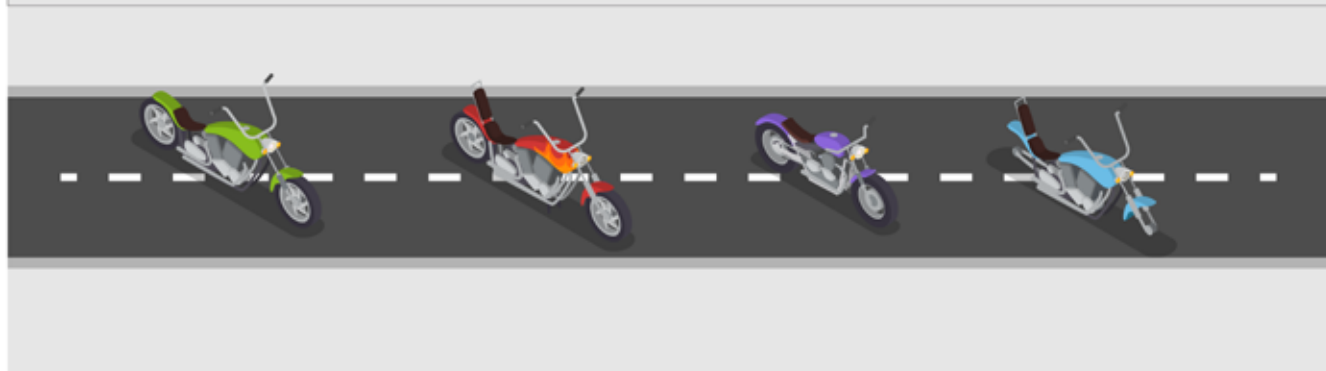
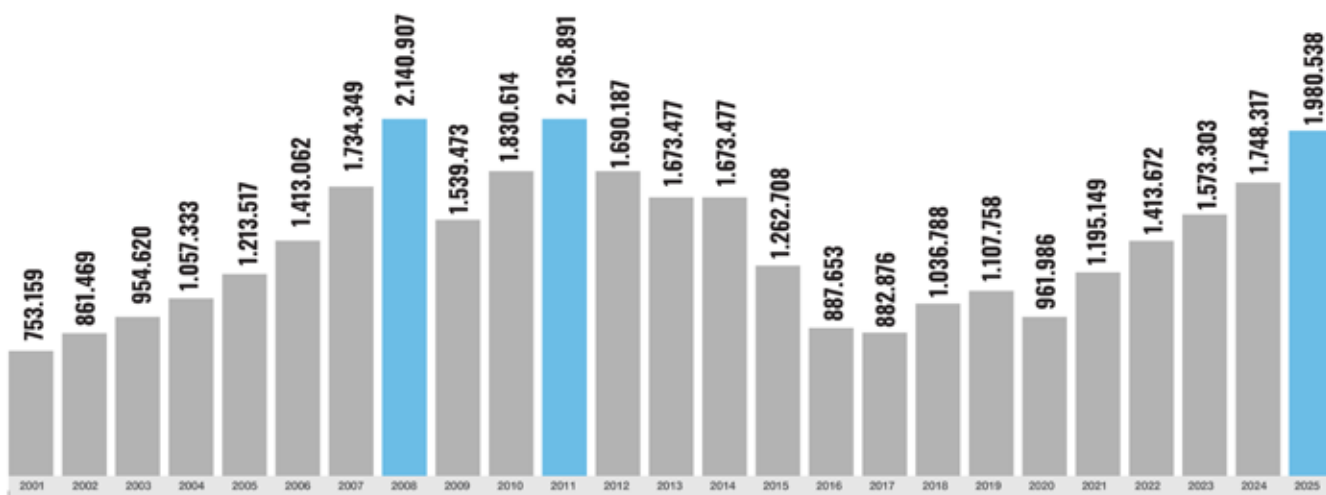
ículo pagando uma mensalidade acessível, já com manutenção e seguro inclusos, sem se preocupar com bateria, pane ou revisão. Isso transforma o elétrico em uma decisão financeiramente óbvia para quem usa o veículo como ferramenta de trabalho”, ressalta.

Custo e infraestrutura limitam escala

Apesar do crescimento, a consolidação das motos elétricas ainda depende de fatores estruturais. O setor aponta como entraves a infraestrutura limitada de recarga, o custo inicial superior ao dos modelos a combustão, a disponibilidade de peças para manutenção, a assistência técnica e o baixo conhecimento do consumidor sobre

Histórico da produção de motocicletas

Entre 2001 e 2025



autonomia e manutenção das baterias.

É nesse ambiente que outras fabricantes começam a desenhar projetos para Manaus. A Yema Motos deve investir R\$ 14 milhões na produção de motos, bicicletas e triciclos elétricos na capital amazonense. A empresa projeta fabricar mais de 2 mil motocicletas elétricas nos primeiros anos de operação e outras 1.450 unidades no terceiro ano.

Segundo o diretor de montagem da empresa, Jiajun Chen, o avanço do segmento no Brasil deve ocorrer de

forma gradual, acompanhando a evolução do mercado consumidor e das condições estruturais necessárias para sustentar a eletrificação.

“O mercado brasileiro possui grande potencial para a mobilidade elétrica, principalmente nos centros urbanos, onde há demanda crescente por soluções mais econômicas e sustentáveis. Mas esse crescimento precisa caminhar junto com melhorias em infraestrutura, cadeia de suprimentos e acesso do consumidor à tecnologia”, afirma.

Para Chen, um dos principais entraves continua sendo o custo inicial das motos elétricas, ainda superior ao de muitos modelos tradicionais. Embora o gasto operacional seja menor no longo prazo, a diferença no preço de entrada limita o acesso de parte dos consumidores.

“O desafio não está apenas em fabricar o veículo, mas em criar um ecossistema capaz de sustentar esse crescimento. É necessário avançar em infraestrutura de recarga, ampliar a disponibilidade de peças e assistência técnica e, principalmente, reduzir custos para tornar a tecnologia mais acessível”, destaca.

O executivo avalia que o ganho de escala industrial tende a desempenhar papel importante na redução gradual dos preços. À medida que mais empresas investirem em eletrificação e a produção aumentar, o segmento poderá alcançar maior competitividade no mercado nacional.

“Todo mercado novo passa por um processo de amadurecimento. Hoje, os volumes ainda são pequenos se comparados às motos convencionais, mas a tendência é de crescimento contínuo”, explica.

O desafio de virar indústria de escala

A eletrificação das motos no Polo Industrial de Manaus ainda está longe de representar uma transformação ampla do setor de Duas Rodas. O avanço existe, mas é concentrado em projetos específicos, fabricantes menores e modelos voltados principalmente ao uso urbano e profissional.

Por enquanto, o polo das motos começa a testar um caminho novo, com a combustão dominando a indústria, mas a eletrificação já saiu do papel.



PHOTO: DIVULGAÇÃO

Brasil tem condições reais de ser um dos maiores mercados de motos elétricas do mundo, diz Ricardo Ducco

No final do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou que o governo vem avaliando medidas para impulsionar o setor. “Uma coisa que a gente quer fazer é baratear o financiamento de uma moto para que os entregadores tenham o direito de ter uma moto, de preferência elétrica para economizar a emissão de gás de efeito estufa”, disse durante lançamento do programa CNH Brasil.

CONTEÚDO EXTRA



INFOGRÁFICO

Aponte a câmera e veja os números da nova corrida das motos elétricas no Brasil

Com atraso, Manaus corre para abrir terrenos a novas fábricas

Com zoneamento incompleto, baixa regularização fundiária e fundos ainda indefinidos, municípios precisam se preparar antes que a nova lógica cobre a conta

POR FRANCISCO GOMES

O Polo Industrial de Manaus (PIM) fechou 2025 com faturamento histórico de R\$ 227,67 bilhões e projeta alcançar ao menos R\$ 240 bilhões em 2026. Os números confirmam a força do modelo Zona Franca, mas também expõem um entrave que vem se arrastando há anos. Falta terrenos com condições adequadas para manter o crescimento sustentável da indústria.

Enquanto o Conselho de Administração da Suframa (CAS) aprova sucessivos projetos industriais, o território disponível para novas plantas se aproxima de um limite crítico. Na última reunião do Conselho, no fim de março, foram 38 novos projetos de implantação. Com estes, passam de 200 os projetos atualmente aptos a receber os incentivos fiscais. E não há espaço para todos.





Implurb defende criação de novos corredores econômicos ao longo da BR-174 e da AM-010



Superintendente da Suframa, Leopoldo Montenegro

SUFRAMA

O gargalo é territorial. O Plano Diretor de Manaus ainda concentra prioritariamente a instalação de empresas incentivadas em áreas que, na prática, estão saturadas, como os Distritos 1 e 2, nas zonas Sul e Leste da cidade, ou sem a devida infraestrutura, como o Distrito 3, nas proximidades do Ramal do Brasileirinho.

Hoje, o acesso às áreas industriais ocorre por meio de licitações realizadas, em média, a cada dois anos. O modelo acaba travando a entrada de novos empreendimentos e formando uma espécie de fila de espera. A última licitação ocorreu em 2025, e a próxima só deve acontecer em 2027, segundo a Suframa.

“A gente iniciou um trabalho de propor uma alteração no Plano Diretor, para que a gente possa recepcionar essas fábricas em algumas localidades na cidade de Manaus e que sejam permitidas nessas localidades atividades

industriais até tipo 5 para que as fábricas estejam próximas do colaborador que trabalha lá”, afirma o superintendente da Suframa, Leopoldo Montenegro.

Em uma fala direcionada ao prefeito de Manaus, Renato Junior, o superintendente destacou a urgência da pauta.

“Que ele avance com esse tema, que é um tema estratégico para o desenvolvimento da nossa região, é capital privado que vai vir para cá e a gente não pode perder esses investimentos, porque é oportunidade de geração de emprego, de renda, de movimentação da economia do nosso povo. É do que vive o nosso estado”, diz.

Leopoldo disse, ainda, que a revisão do Plano Diretor é necessária também para o dia a dia cidade. “A gente visita fábricas em que o colaborador demora 2 horas para chegar na fábrica e 2 horas para chegar na sua casa. Então, são 4 horas de vida perdida praticamente, que é só de deslocamento. Por que não alterar o Plano Diretor, para, através de um estudo, permitir que indústrias sejam instaladas em zonas específicas da cidade?”, pondera.

Alternativas

Empresas com projetos aprovados para a ZFM têm buscado regiões alternativas diante da escassez de terrenos disponíveis nos Distritos Industriais 1, 2 e 3. Algumas indústrias estão se instalando em trechos da Avenida Torquato Tapajós e na Avenida do Turismo.

Para contornar a escassez, a Suframa conduz estudos para viabilizar uma nova área destinada ao Distrito Industrial 4, numa tentativa de ampliar a capacidade de atração de investimentos para a capital amazonense. .

SEINFRA



“A Suframa está fazendo um estudo para adquirir uma área para implementação do Distrito Industrial 4. Isso já está em curso, porque, se a gente não tiver alteração do Plano Diretor, a gente tem que dar alguma diretriz em relação a isso. A gente não quer perder esse investimento”, explica Montenegro.

A estimativa é que o estudo seja finalizado até meados de junho para, a partir daí, buscar disponibilidade orçamentária para aquisição da área. A previsão é que o local tenha de 300 a 400 hectares.

A definição do local mais adequado ainda depende de critérios técnicos e científicos, considerando fatores estratégicos para garantir competitividade e infraestrutura adequada. Apesar disso, a prioridade segue sendo a atuali-

zação do Plano Diretor, vista como a medida mais rápida para responder à demanda crescente por novas plantas industriais.

Ocupações irregulares

Terrenos originalmente destinados à expansão industrial foram progressivamente reduzidos por ocupações irregulares, pressão habitacional e valorização especulativa.

De acordo com o assessor imobiliário Paulo Xavier, empresas de todos os segmentos estão com dificuldades em encontrar áreas no Distrito para se instalar. Quando encontram, afirma, os valores muitas vezes estão fora da realidade, com um contexto marcado por especulação dos proprietários.

Implurb defende criação de novos corredores econômicos ao longo da BR-174 e da AM-010 (AM-010)

“Se não for tomada nenhuma providência ainda nesse primeiro semestre, muito provavelmente teremos as primeiras empresas tomando decisão de se instalar em outro estado ou até em outro país vizinho”, alertou.

O que diz o Implurb

O diretor-presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), Antonio Peixoto, disse que o foco mais robusto está na criação de novos corredores econômicos ao longo da BR-174 e da AM-010. A proposta está em estudo.

“O que precisa ser feito é uma delimitação dessas áreas, porque nessa flexibilização, nessa nova legislação, quando você acaba expandindo, elas [áreas da BR-174 e AM-010] deixam de ser, hoje, áreas de transição e áreas rurais para fazer parte da malha urbana, onde você vai autorizar indústrias do tipo 4, do tipo 5, que são as grandes indústrias”, afirma.



Diretor-presidente do Implurb,
Antônio Peixoto

Implurb

Os estudos estão avançados e devem ser entregues em breve ao prefeito Renato Junior para tomada de decisão.

A atualização periódica do Plano Diretor está prevista no Estatuto da Cidade, legislação que orienta o desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros.

Em Manaus, o documento em vigor foi instituído em 2002, revisado em 2014 e ajustado em 2016 e 2019.

“O processo de revisão do Plano Diretor começou no ano passado e vem sendo construído de forma técnica e participativa. Já recebemos diversas contribuições de setores da sociedade civil organizada e, agora, estamos em uma etapa interna, com análise detalhada das propostas feita pelos nossos técnicos”, diz o diretor-presidente.

Conforme explicou Peixoto, a próxima fase será marcada por uma participação popular mais ampla, com audiências públicas programadas para o segundo semestre deste ano, ampliando o debate sobre o futuro urbano da capital.

“Após essa etapa técnica interna, queremos avançar para as audiências públicas, ouvindo a sociedade de forma ampla e democrática. A expectativa é consolidar um texto final para posterior encaminhamento à Câmara Municipal. Estamos trabalhando para construir um Plano Diretor moderno, atualizado e alinhado às necessidades atuais e futuras da cidade”, completou.

Entre os pontos estratégicos em discussão estão propostas voltadas ao crescimento urbano planejado ao longo de corredores de transporte coletivo, incentivo a construções de uso misto, valorização de fachadas ativas, expansão da cobertura vegetal, recu-



peração de áreas de preservação permanente, implantação de novos parques urbanos e atualização das normas de uso e ocupação territorial.

Peixoto também reconhece que, apesar da perda por pressão habitacional de áreas estratégicas na Zona Leste, especialmente no entorno de ramais como Brasileirinho, Puraquequara e Ipiranga, que são de competência da Suframa, ainda existe potencial de expansão nessas regiões.

Conselho Municipal pode acelerar solução provisória

Um dos pontos mais relevantes trazidos por Peixoto é que a ampliação de áreas industriais não depende necessariamente de aguardar toda a revisão do Plano Diretor, processo mais amplo e demorado, atualmente em fase de análise de sugestões da sociedade civil e com previsão de audiências públicas no segundo semestre.



AM-010 já abriga algumas fábricas da Zona Franca



Etor Pneus, localizada na AM-010, deve ser inaugurada em breve

DIVULGAÇÃO

Segundo ele, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) pode ser o instrumento mais rápido para mudanças práticas.

“Basta que a gente possa fazer algumas resoluções. O CMDU pode por resolução, legislar sobre isso, e a partir da edição dessas resoluções ter a possibilidade de aprovação dessas indústrias tipo 4 e tipo 5”, diz.

Na prática, isso cria uma via administrativa capaz de acelerar a abertura de novas áreas econômicas antes da conclusão legislativa integral do novo Plano Diretor. É uma sinalização relevante para investidores que hoje operam sob incerteza territorial.

Ainda assim, Peixoto ressalta que o Plano Diretor seguirá como eixo estruturante para os próximos dez anos, incluindo debates sobre adensamento,

verticalização, vazios urbanos, novas centralidades e habitação.

“A cidade de Manaus é muito horizontalizada, espalhada. A área urbana de Manaus é oito vezes maior do que o perímetro urbano do município de São Paulo. Então, a gente tem que incentivar essa verticalização, esse adensamento populacional”, afirma.

Mercado aponta para déficit de áreas

Para Paulo Xavier, diretor executivo da Patter Incorporadora e assessor imobiliário especializado em terras industriais, o déficit real supera a fotografia institucional de curto prazo. Ele toma como base estudo que realizou juntamente com a Suframa, ainda não publicado.

“O nosso estudo diz que a necessidade do PIM ultrapassa os 4 milhões de metros quadrados de área para construção de galpões industriais tipo ‘triple A’ para atender a atual demanda e projeção para os próximos cinco anos, tendo como base o índice de crescimento anual apurado pela Suframa”, afirma.

No contexto industrial, o termo “triple A”, também usado como “planta AAA”, geralmente se refere a fábricas ou operações com características como tecnologia avançada, alto nível de automação, padrões internacionais de qualidade, eficiência logística, sustentabilidade, eficiência energética e produção sofisticada em grande escala.

A leitura do mercado é de que Manaus entrou numa nova fase. Deixou de discutir apenas incentivos e passou a enfrentar um problema clássico de oferta territorial.



divulgação

Ceras Johnson é uma das empresas do PIM já instaladas na AM-010

Xavier explica que várias empresas, inclusive de segmentos diferentes dos que o PIM estava acostumado a receber, estão procurando se instalar em Manaus devido à carga tributária.

“Manaus passou a atrair operadores logísticos, empresas ligadas ao e-commerce e companhias impulsionadas pela Reforma Tributária, ampliando a diversidade da demanda. Empresas como Shopee, Amazon, Mercado Livre estão mudando a forma mundial do comércio e indústria”, diz.

Isso significa que a necessidade já não é apenas por cessão pública de lotes, mas por múltiplos formatos: compra privada, galpões prontos, condomínios industriais e locação estruturada.

“Ainda temos espaço para todos os modelos. Hoje podemos encontrar indústrias nacionais ou multinacionais adquirindo áreas para construir galpões, incorporadoras criando condomínios industriais e investidores construindo estruturas próprias sem precisar de fomento público”, relata.

No Distrito Industrial consolidado, terrenos remanescentes são escassos, caros e frequentemente marcados por disputas fundiárias. Na zona Norte, ao longo da Torquato Tapajós, o cenário melhora apenas parcialmente. Já nos eixos da BR-174, até o km 8, e da AM-010, até o km 24, há maior viabilidade econômica, mas surgem barreiras regulatórias por serem áreas ainda rurais ou em transição urbanística.

CONTEÚDO EXTRA

INFO

Entenda como as atividades industriais são classificadas conforme riscos, impactos e nível de controle urbano



Fipa mostra esforço da indústria para transformar bioeconomia em mercado

Feira em Belém reuniu 40 mil visitantes e colocou crédito, internacionalização e inovação aplicada no centro da agenda produtiva amazônica

POR KAMILLY PEQUENO

A indústria do Pará tenta transformar a bioeconomia em mercado antes que o tema volte a ser apenas discurso. Na Feira da Indústria do Pará, a Fipa 2026, realizada em maio, em Belém, essa aposta apareceu em editais para pequenos negócios, rodadas de crédito, hackathon de alimentos e painéis sobre internacionalização.

A feira reuniu cerca de 40 mil visitantes, mas o dado mais relevante está menos no público e mais na agenda: a indústria amazônica procura formas de vender mais, agregar valor e provar que sustentabilidade também pode gerar receita.





A Feira de Indústria do Pará acontece no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém (PA)

O encontro funcionou como vitrine dessa transição. Empresários, startups, pesquisadores, instituições financeiras e representantes do poder público discutiram temas como rastreabilidade, crédito, inovação, exportação e economia verde.

A leitura que atravessou a programação foi pragmática: a Amazônia tem ativos ambientais e produtos com apelo internacional, mas ainda enfrenta dificuldade para transformar potencial em cadeia produtiva competitiva.

Mercado internacional

A internacionalização da indústria amazônica esteve entre os principais eixos da programação. Painéis discutiram caminhos para ampliar a presença de produtos regionais no mercado global, especialmente em cadeias ligadas a alimentos, mineração sustentável, produtos florestais e bioeconomia.

A realização da COP30 em Belém deixou uma vitrine internacional para o Pará, mas a Fiepa mostrou que a conversão dessa visibilidade em negócios ainda depende de escala, certificações ambientais, logística, infraestrutura portuária e agregação de valor. Sem isso, produtos amazônicos seguem mais próximos do fornecimento de matéria-prima do que de uma posição relevante em cadeias globais.

Economia verde

Durante a feira, foi lançado o edital Travessias da Economia Verde do Pará, voltado a micro e pequenas indústrias. A iniciativa é da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), em parceria com a Facility de Investimentos Sustentáveis S/A (Fais S/A), spin-off do Instituto Amazônia+21.



IMAGEM: DIVULGAÇÃO / FIEPA

O objetivo é apoiar negócios ligados à sustentabilidade, ampliando o acesso a suporte técnico e oportunidades de desenvolvimento empresarial. Na prática, a proposta tenta aproximar pequenos empreendimentos amazônicos de uma agenda cada vez mais exigida pelo mercado: origem comprovada, menor impacto ambiental e capacidade de produzir com regularidade.

Crédito e negócios

A Fiepa também funcionou como ambiente de aproximação entre empresas e instituições financeiras. Uma das ações mais movimentadas foi a Rodada de Crédito, organizada pelo Núcleo de Acesso ao Crédito da Fiepa (NAC/Fiepa).

A iniciativa reuniu empresas de diferentes segmentos e representantes de bancos e cooperativas. Segundo balanço da organização, a feira encerrou



com projeção de aproximadamente R\$ 5 milhões em crédito movimentado durante a programação, além de novos contatos comerciais e oportunidades de negócios.

Empresas dos segmentos de alimentos e bebidas, bioeconomia, construção civil, perfumaria, cosméticos e outros setores participaram da ação.

“É um momento de continuidade de um trabalho realizado diariamente pela Federação das Indústrias, por meio do NAC, para ampliar o acesso ao crédito e fortalecer o desenvolvimento das indústrias paraenses. Mais uma vez, a Rodada de Crédito integra a programação da FIPA, reunindo um público altamente qualificado, com empresas de diferentes portes e segmentos, além de instituições financeiras e bancárias, consolidando a iniciativa como uma ação estratégica e bem-sucedida”, destacou Cassandra Lobato, gestora do NAC e do Centro Internacional de Negócios (CIN).

Da vitrine ao mercado

A edição deste ano mostrou uma indústria mais interessada em instrumentos concretos do que em slogans. O vocabulário da economia verde continua presente, mas apareceu associado a crédito, suporte técnico, novos produtos, certificações e acesso a compradores.

Com cerca de 40 mil visitantes, a Fipa reforçou seu papel como vitrine industrial da Amazônia. Mas o principal teste está fora do pavilhão: transformar a visibilidade do evento em capacidade produtiva, escala e contratos.

Ao reunir negócios, inovação e sustentabilidade, a feira colocou a indústria amazônica diante de uma questão central. A região já ocupa espaço no discurso global sobre clima, biodiversidade e transição energética. Agora precisa disputar espaço também no mercado.

A feira reúne expositores de segmentos da indústria para ampliar novos negócios

Incentivos da ZFM: o que ainda está em jogo nos tribunais

Marlon Flor, sócio da AMTF Advogados, analisa as principais teses tributárias envolvendo a Zona Franca de Manaus e explica por que o tema ainda pode ter novo desfecho nos tribunais.

POR WILSON PÉRICO

Na coluna O Especialista Responde, o economista e membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Wilson Périco, conversa com especialistas sobre temas que impactam diretamente o ambiente de negócios, a indústria e a Zona Franca de Manaus.

Nesta edição, o entrevistado é Marlon Flor, sócio da AMTF Advogados, que analisa o histórico de proteção constitucional da ZFM, as principais disputas tributárias recentes e o atual cenário envolvendo a cobrança de PIS-Importação e Cofins-Importação.

Qual foi a origem e a justificativa da Zona Franca de Manaus (ZFM)?

A ZFM foi criada em 1957, como um porto livre para estimular o comércio e integrar a Amazônia ao restante do país. Dez anos depois, o regime militar reestruturou o modelo, transformando-o em um polo industrial com incentivos fiscais. A justificativa central era fortalecer a ocupação da Amazônia, assegurando sua área de fronteira, diante de temores sobre a soberania na região, bem como reduzir as desigualdades regionais, criando uma alternativa econômica à exploração predatória da floresta.

Esse regime é assegurado pelo quê?

Bom, o regime da ZFM é assegurado pela Constituição,

que garante seus incentivos fiscais até 2073. Fora isso, não se pode esquecer que o STF, em diversas oportunidades, validou e protegeu o regime, conferindo a ele uma espécie de imunidade tributária. Em síntese, trata-se de um regime constitucionalmente protegido, e não de um benefício infralegal, que equipara as operações a uma exportação.

Se há essa segurança, por que existem tantas discussões tributárias?

O contencioso tributário brasileiro é um fenômeno estrutural e nacional, absolutamente independente da existência da ZFM.

Nosso sistema tributário padece de sérios problemas estruturais que nos levaram a esse quadro. Temos uma complexidade excessiva, grande número de impostos existentes, a incidência de tributos sobre o mesmo fato, além de regras diferentes entre os entes da Federação.

Soma-se a isso a existência de uma legislação instável e mal redigida, juntamente de uma forte pressão arrecadatória existente no País e temos um grande número de processos, não apenas na ZFM, mas no Brasil todo.

Quais foram as principais discussões tributárias recentes envolvendo a Zona Franca de Manaus?

Bem, de bate-pronto podemos citar:

- Isenção de PIS/Cofins sobre vendas, serviços e locações realizadas dentro da ZFM, independentemente do destinatário.
- Direito ao crédito de IPI na aquisição de insumos, matérias-primas e embalagens adquiridos com isenção na ZFM, inclusive de origem importada.
- Crédito de PIS/Cofins nas aquisições feitas de empresas sediadas na ZFM ou em outros Estados quando a etapa subsequente é tributada.
- Não incidência de PIS/Cofins sobre vendas originadas na ZFM destinadas à Amazônia Ocidental.
- Afastamento da incidência do PIS-Importação e Cofins-Importação (Lei 10.865/04) para empresas da ZFM.
- Ressarcimento dos valores relativos ao REINTEGRA, calculado sobre a parcela das vendas de mercadorias realizadas dentro da ZFM.
- Inconstitucionalidade da TCIF, por adotar a mesma base de cálculo de imposto.

Os contribuintes ganharam ou perderam essas discussões?

Claro que a lista acima é meramente exemplificativa, mas historicamente a ZFM é tradicionalmente vencedora nas grandes teses, porque seu regime é constitucionalmente protegido.

Hoje, quais seriam as maiores discussões tributárias que envolvem a ZFM?

Na minha opinião, as matérias de maior impacto seriam a isenção de PIS/Cofins sobre as locações realizadas dentro da ZFM, o crédito de IPI na aquisição de insumos, matérias-primas e embalagens adquiridos com isenção na ZFM e, principalmente, o PIS-Importação e Cofins-Importação.

Sobre o PIS/Cofins-importação, como está o panorama das decisões nos tribunais?

Esse ponto é muito interessante, pois, na nossa visão, representa uma das discussões atuais de maior impacto financeiro para a ZFM, por se tratar de área em que o volume das importações é por demais expressivo.

Muitos contribuintes buscaram nos tribunais afastar essa exigência sob o argumento de que, como não existe a incidência de PIS e Cofins faturamento nas operações internas, o mesmo tratamento deveria ser dado aos produtos importados. Tal fato decorreria do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que veda qualquer distinção entre as mercadorias nacionais e importadas. No entanto, os tribunais concluíram não se tratar das mesmas contribuições, esvaziando esse argumento.

Existem justificativas para a mudança de posicionamento para que o contribuinte não pague o imposto?

Outro fundamento, a meu ver, é mais robusto. O Decreto-Lei nº 288/67, que definiu a ZFM como área de livre comércio de importação e exportação e afastou todos os impostos incidentes sobre importações destinadas ao consumo interno, prevendo a tributação apenas quando mercadorias estrangeiras saem da ZFM para o restante do território nacional. Tendo em vista a natureza dos incentivos fiscais da ZFM, tal desoneração não se limitaria aos tributos



Wilson Périco, economista e membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM)

existentes em 1967, alcançando todas as figuras posteriores que incidam sobre a importação, inclusive PIS-Importação e Cofins-Importação.

Apesar disso, o STJ aplicou o art. 111 do CTN e concluiu que incentivos fiscais da ZFM deveriam ser interpretados literalmente, restringindo a amplitude das desonerações.

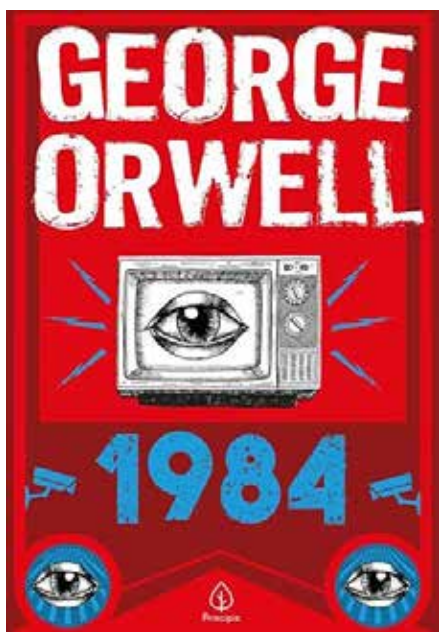
Então o tema já foi definido de forma contrária aos contribuintes?

Não. O STJ decidiu que irá julgar o assunto de forma definitiva e suspendeu todos os processos que estão em tramitação.

Contudo, após essa decisão de suspensão, em outra situação, o próprio STJ passou a adotar o entendimento de que os benefícios da ZFM possuem natureza constitucional e finalística, devendo ser interpretados de forma finalística/ extensiva, para assegurar a integridade do modelo econômico protegido. Isso reacendeu a discussão, trazendo esperanças para os contribuintes.

Como no Brasil até o passado é incerto, teremos que aguardar o desfecho dessa novela.

É uma obra-prima da ficção distópica que critica fortemente os regimes totalitários.



1984

George Orwell
Editora Principis
336 páginas

Publicado em 1949, o texto de Orwell nasceu destinado à polêmica. Traduzido em mais de sessenta países, virou minissérie, filmes, quadrinhos, mangás e até uma ópera. Ganhou holofotes em 1999, quando uma produtora holandesa batizou seu reality show de Big Brother. 1984 foi responsável pela popularização de muitos termos e conceitos, como Grande Irmão, duplopensar, novidioma, buraco da memória e 2 2 5. O trabalho de Winston, o herói de 1984, é reescrever artigos de jornais do passado, de modo que o registro histórico sempre apoie a ideologia do Partido. Grande parte do Ministério também destrói os documentos que não foram revisados, dessa forma não há como provar que o governo esteja mentindo. Winston é um trabalhador diligente e habilidoso, mas odeia secretamente o Partido e sonha com a rebelião contra o Grande Irmão.

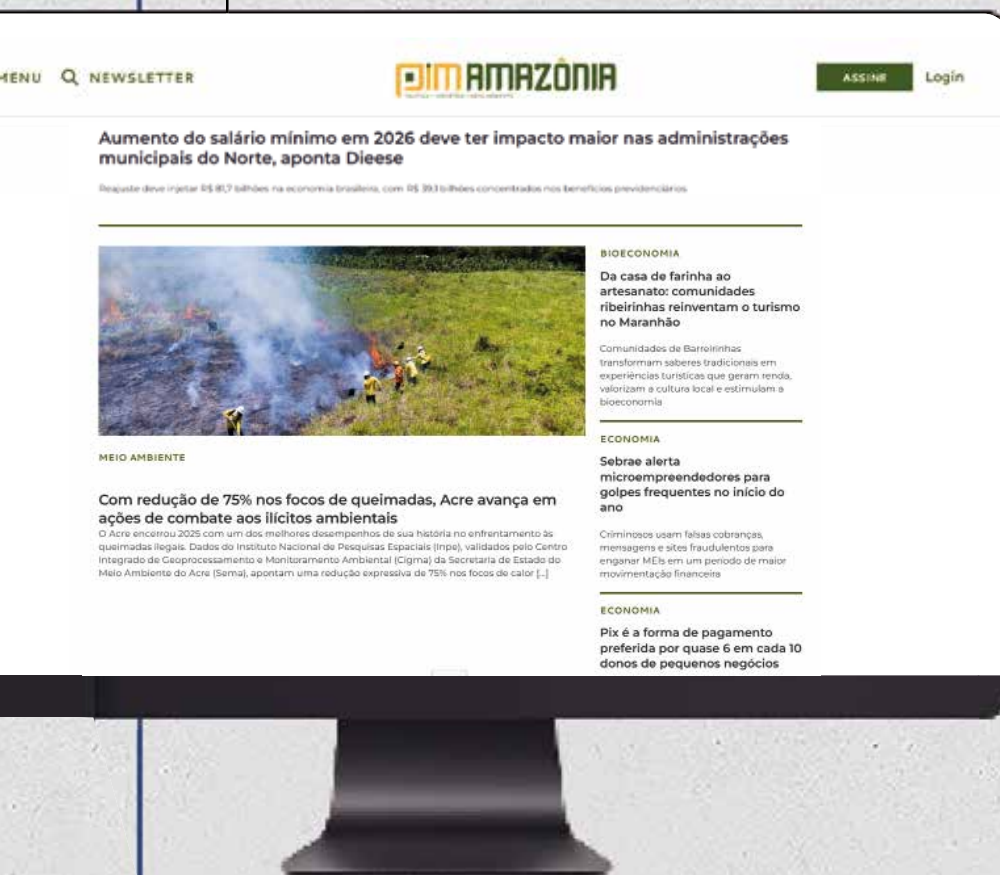
Sobre o Autor

GEORGE ORWELL nasceu Eric Arthur Blair em 25 de junho de 1903, em Bengala, Índia, onde seu pai trabalhava para o Departamento de Ópio do Serviço Público Indiano da Grã-Bretanha. Estudou em instituições de elite e foi ele próprio durante cinco anos agente da polícia imperial na Birmânia. Viveu com os miseráveis de Paris e Londres no final dos anos 1920 e lutou pela causa republicana na Guerra Civil Espanhola ao lado de uma milícia minoritária com inspiração anarquista e trotskista, quando levou um tiro na garganta que quase lhe tirou a vida. Morreu de tuberculose no dia 21 de janeiro de 1950, um ano depois de concluir 1984. Tinha 46 anos.

Acompanhe o Site da **PIM Amazônia**

**Mundanças movem a economia.
Há 15 anos a PIM vem evoluindo para levar
informação de qualidade a você.**

**REPORTAGENS
EXCLUSIVAS**



**ATUALIZAÇÕES
DIÁRIAS**



**Cadastre-se
e receba
nossas newsletters
gratuitas**

**Acompanhe nossas
redes sociais**





Deusimar Santos
Supervisora de Produção

Saiba mais:



A Hydro é GPTW

A Hydro recebeu a certificação Great Place To Work®, reconhecendo seu compromisso com as pessoas e com a construção de um ambiente de trabalho cada vez melhor.

Essa conquista tem como base a percepção dos próprios empregados. É a voz de quem vive a Hydro todos os dias, confirmando uma cultura pautada em respeito, confiança e desenvolvimento contínuo.



Ser GPTW é ter um ambiente de trabalho onde as pessoas são valorizadas, um lugar onde você faz a diferença.



Indústrias que fazem a diferença